

SAVANA

INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE



Maputo, 27 de Dezembro de 2024 • ANO XXX • Nº 1616 • Preço: 60,00 Mt • Moçambique

Savana FM 100.2 Mhz • www.savana.co.mz • [email:savana@mediacoop.co.mz](mailto:savana@mediacoop.co.mz)

DEPÓSITO MILLENNIUM 4X4

Curte o verão ao **máximo**

Constitua um Depósito Millennium 4x4 e habilite-se ao sorteio destes prémios.



Termos e Condições aplicáveis. Campanha válida até 31 de Dezembro. Consulte o regulamento em www.millenniumbim.co.mz

M

Acórdão do CC arrasta o país para violência, vandalismo e saques

Raiva e angústia



Págs. 6, 8 e 10

Caderno reivindicativo está na rua

Pág. 4

Desafios para Daniel Chapo

SE TENS 16 A 25 ANOS VAIS GRAMAR!

ACTIVA JÁ O TEU PACOTE JOVEM E CURTE A DRENA

DIGITA ***212#** A PARTIR DE 5MT-350MB

4.5G

tmcel atendimento 24 horas

Termos e condições aplicáveis

Partidos da oposição

Unidos na contestação, desalinhados na solução

Por Argunaldo Nhampossa

Sem muitas surpresas, o Conselho Constitucional (CC) declarou, esta segunda-feira (23), Daniel Chapo como vencedor das eleições presidenciais do passado dia 9 de Outubro, com 65% de votos contra 25% de Venâncio Mondlane, o principal contestatário dos resultados eleitorais.

Como era de esperar, os resultados do CC não foram bem recebidos por uma parte significativa da população, que de imediato embarcou em actos de violência, destruindo infraestruturas públicas e privadas, e saqueando ou incendiando lojas e armazéns de diversos bens como alimentos e mobília.

Venâncio Mondlane, juntamente com Ossufo Momade e Lutero Simango não se revê nos resultados proclamados pelo CC, acusando aquele órgão de ter sonogado a verdade eleitoral. Os três concorrentes declarados derrotados pelo CC divergem quanto à solução a ser adoptada para se sair do impasse. Mondlane, apesar de se mostrar aberto para um diálogo com mediação internacional, diz que vai tomar posse como novo presidente no próximo dia 15 de Janeiro.

Ossufo Momade quer um governo de gestão, enquanto Lutero Simango, que sempre defendeu a anulação das eleições, destaca a necessidade de um diálogo inclusivo.

No seu acórdão de validação e proclamação, o CC defende que as irregularidades ocorridas durante o processo não influenciaram, substancialmente, os resultados das eleições gerais. De entre as várias irregularidades apresentadas pelos partidos políticos concorrentes, destaque vai para as discrepâncias de números entre os eleitores inscritos e o número de votos válidos nas assembleias de voto.

Para sair deste impasse e alcançar a “verdade eleitoral”, o CC diz ter recorrido à confrontação de actas e editais da CNE e dos partidos políticos. A escolha desta metodologia, segundo justificou aquele órgão, deveu-se ao facto dos partidos políticos, nos seus recursos terem remetido as actas e editais



do apuramento parcial nas mesas de voto para sustentar a sua contestação.

Alega que o PODEMOS, a Renamo e o MDM pediram ao CC para solicitar actas e editais do apuramento parcial das mesas junto da CNE para o devido confronto.

Com as actas e editais na sua

posse, o CC diz que estavam preenchidas as condições para se avançar numa solução metodológica intermédia, neste caso a reverificação dos documentos acima referidos para detectar o local da proveniência das divergências entre os números reclamados pelos partidos políticos.

“Se, do método comparativo,

não se obtivesse resposta, avançar-se-ia para a recontagem de votos nas comissões distritais de cidade ou provincial de eleições”, refere o acórdão.

Na verdade, este é o método que era amplamente defendido pelos partidos da oposição, sob pretexto de que os editais chegaram às Comissões Distritais

de Eleições (CDE) já viciados. Vaticinavam ainda a possibilidade de se convocar observadores para fiscalizarem o trabalho do CC na confrontação.

Apesar das críticas à sua metodologia, o CC disse que através dele foi possível concluir que o empolamento de dados que degenerou na discrepância de números ocorreu durante o apuramento intermédio realizado nas comissões distritais ou de cidade.

“Como consequência, porque a centralização provincial tem como base os dados produzidos no distrito e a centralização nacional e o apuramento geral têm como base os dados dos distritos e das províncias, deuse, por isso, o efeito contaminação dos resultados obtidos nos resultados finais das três eleições”, assinala.

A Presidente do CC comparou de seguida os dados da contagem paralela levada cabo pelo PODEMOS, que dá vitória a Venâncio Mondlane com 53,38%, com a deliberação da CNE que atribuiu vitória eleitoral a Daniel Chapo com 70.67%.



Lúcia Ribeiro consagra Daniel Chapo vencedor e deixa o país em chamas



Daniel Chapo

No entendimento do CC, a contagem paralela do PODEMOS corresponde a um universo de 8 244 403 votos válidos, enquanto que da CNE conta com um total de votos válidos de 6 961 925. Ou seja, ultrapassam os 100 % de votos da CNE.

Subtraindo o número total de votos da contagem paralela do PODEMOS ao número da CNE há uma diferença de 1 282 478 a mais para o PODEMOS, segundo o CC.

“Portanto, do atrás exposto, é fácil concluir que a contagem paralela apresentada pelo partido PODEMOS baseou-se em dados largamente empolados e sem correspondência com os dados oficiais apresentados pela CNE. Ou seja, com estes números contabilizados a 59,95% a contagem paralela do partido PODEMOS a 100% alcançaria os 100% do universo dos eleitores inscritos para as eleições, que é de 17 167 239 eleitores inscritos no recenseamento, sem contar com as abstenções, votos nulos e votos em branco”. Nisto, o PODEMOS acusa o CC de ter adulterado as informações que recebera deste partido. Acrescentou que os 59% de apuramento de votos a que fez referência no seu recurso, são apenas uma média e não dado consolidado, pelo facto de não ter conseguido estar presente em todas as mesas de votação para fiscalizar o processo.

Esclareceu ainda que a mesma média foi feita com base nos dados do recenseamento eleitoral.

Reajuste de números

Com a metodologia de reavaliação das actas e editais de apuramento parcial, o CC fez mexidas nos números finais anunciados pela CNE, tal como sucedeu nas autárquicas do ano passado. Daniel Chapo que na contagem da CNE havia ganho com 70,3%, nos dados do CC ficou com 65,17%; Venâncio Mondlane, que antes obtivera 20,32% passou para 24,19%. Ossufo Momade ficou com 6,62%, contra os anteriores 5,81%, e Lutero Simango amealhou 4,02% contra os anteriores 3,21%.

Nas legislativas, a Frelimo perdeu 24 deputados descendo dos 195 atribuídos pela CNE para 171. O PODEMOS ganhou mais 12 assentos, passando de 31 para 43, tornando-se deste modo na principal força da oposição. A Renamo que havia ganho 20 assentos nas contas da CNE aumentou mais 8, o que totaliza 28. Por fim, o MDM teve uma subida de 50% em relação aos dados da CNE, passando de 4 para 8 assentos na Assembleia da República.

CC apresentou acordo e não acórdão

Reagindo aos resultados, Venâncio Mondlane disse que o

CC não apresentou nenhum acórdão, mas sim um acordo a que chegou com a Frelimo.

Reagindo ao anúncio dos resultados através da sua conta da rede social *FACEBOOK*, Mondlane defende que o CC deixou de ser um órgão jurisdicional para se transformar numa agência de publicidade do partido no poder.

Disse não restarem dúvidas que o CC adulterou os resultados, com o agravante de não ter explicado as discrepâncias de números de votos válidos e o número de votantes inscritos nas três eleições.

Recordou que o acórdão do CC apresenta um parecer do Ministério Público, que considerava que a deliberação da CNE estava cheia de irregularidades, não tinha nada de técnico ou científico, sendo que por conta disso não havia condições para declarar os resultados daquelas eleições.

Mondlane referiu-se ainda aos relatórios de diversas missões de observação, que também relataram o enchimento de urnas e adulteração de actas e editais. Venceu que o CC não fez referência no seu acórdão às actas e editais adulteradas nas mesas de votação, tendo se limitado a fazer comparação das actas e editais da Renamo, MDM e CNE. “Por isso que o resultado que o CC apresenta não explica como é que os números mudaram. Como é que chegou àqueles resultados. Como é que em três urnas tivemos disparidades muito grandes. A CNE não explicou as diferenças, como é que o CC conseguiu fazer isso?”, questionou.

Venâncio Mondlane, que continua em parte incerta, manifestou a sua abertura ao diálogo, mas desde que seja sob mediação internacional. Alegou que a Frelimo e o seu governo, bem como a SADC, perderam credibilidade.

Governo de gestão

O presidente da Renamo, Ossufo Momade, considerou o acórdão da CC uma demonstração da arrogância e desrespeito para com o povo, e coloca em causa a vontade popular que clama por eleições livres, justas e transparentes. Para o dirigente da Renamo, os resultados do CC constituem um retrocesso para a democracia, sublinhando que o seu partido não pode permitir que isso aconteça.

Momade disse que o seu partido apresentou evidências que comprometem a transparência do pleito, destacando o enchimento de urnas, discrepâncias de número de votantes entre as três eleições, falsificação de editais, entre outros.



Ossufo Momade

“A anulação destas eleições teria resolvido a confiança pelas instituições de justiça do país, e igualmente iria assegurar que no futuro essa voz fosse ouvida de forma clara e inquestionável”, disse.

Ossufo acrescentou que a Renamo não irá reconhecer nenhum governo que resultante destas eleições, que seja diferente de um governo de gestão. Convidou as forças vivas da sociedade para lutar pela defesa da democracia e na responsabilização do CC.

Esta é uma solução vista como salvação para a Renamo para continuar relevante na arena política nacional, tendo em conta que perdeu o estatuto de principal partido da oposição.

Diálogo inclusivo

O Presidente MDM, Lutero Simango, também não reconhece os resultados do último escrutínio eleitoral, por as considerar fraudulentas. Desde a primeira hora, Simango foi defensor da anulação das eleições, mas agora tendo em conta o caos político e social em que o país está mergulhado, avança com a proposta de “um diálogo constitutivo, inclusivo, sincero e honesto”.

Trata-se no entender de Simango, de um imperativo nacional para se ultrapassar a crise política, que está a causar inúmeras destruições e mortes no país, bem como para renovar o sonho colectivo de construir um

Moçambique de todos.

“Esta pode ser uma nobre oportunidade para estabelecer um compromisso político para avançar com reformas do Estado, assim como estabelecer políticas públicas que possam servir a nossa população e criar o bem-estar comum”, disse.

Diálogo é único caminho

Discursando instantes depois de ter sido proclamado vencedor das eleições presidenciais, Daniel Chapo, candidato presidencial da Frelimo, comprometeu-se a apostar no diálogo como único caminho para construção da harmonia social e promoção do desenvolvimento do país.

Numa altura em que o país está mergulhado numa autêntica anarquia por conta dos resultados proclamados pelo CC, Chapo destacou a sua agenda e compromisso com a paz, avançando que “cabe a cada um de nós zelar pela paz, reconciliação e harmonia social”.

O Moçambique que todos desejamos, disse Chapo, só será possível se colocarmos o entendimento e união de todos os moçambicanos no topo de agenda, deixando de lado o divisionismo e o ódio entre irmãos.

Como vencedor proclamado pelo CC, comprometeu-se a levar avante uma agenda de governação inclusiva, para todos os Moçambicanos.



Venâncio Mondlane



Lutero Simango

Desafios para Daniel Chapo:

Entre mudar e sobreviver, ou resistir e perecer

Ao ser proclamado, na última Segunda-Feira, candidato vencedor das eleições de 9 de Outubro, Daniel Chapo prepara-se agora para assumir a liderança de um país fracturado, dividido e fragilizado, caminhando inexoravelmente para o precipício.

Trata-se de uma eleição fortemente contestada pelos outros três candidatos presidenciais, com maior notoriedade para Venâncio Mondlane, apoiado pelo PODEMOS, e que reivindica ter sido ele o vencedor. De facto, a contestação é tal que apesar do anúncio oficial, Venâncio Mondlane já marcou 15 de Janeiro como a data para a sua própria tomada de posse, provavelmente numa cerimónia rival, e em simultâneo com a investidura oficial.

Com manifestações de protesto contra os resultados eleitorais tendo-se espalhado por todo o país, resultando no registo de mais de duas centenas de mortes e destruição de infra-estruturas públicas e privadas e saque de lojas e armazéns, Chapo terá de ser mais do que astuto para se impor e conseguir viabilizar a sua governação nos cinco anos que se seguirão.

O seu maior desafio deverá ser, inevitavelmente, o de encontrar meios para pacificar e reconciliar o país, seguido de um longo processo de reestruturação do sistema de administração pública, de modo que este funcione no mais alto interesse do Estado, o que deverá contribuir para evitar que o país volte a enfrentar uma crise como esta, ou outra pior.

O primeiro passo que Chapo, eleito candidato da Frelimo, num Comité Central controverso, onde foi quase obrigado a renunciar mais resistiu, deve tomar é imediatamente convidar os outros candidatos para uma conversa amigável e construtiva, e que contribua para oferecer garan-



Caso tome posse a 15 de Janeiro, Daniel Chapo tem pela frente um país fracturado

tias firmes de que ele está preparado a quebrar com o actual paradigma em que moçambicanos que não se identificam com o partido Frelimo são tratados como estrangeiros no seu próprio país, sem oportunidades de se afirmar em qualquer esfera que seja do seu interesse.

Como presidente eleito, Chapo deve estar dotado de instrumentos de transição que lhe permitem expor a visão e o formato do seu futuro governo, mesmo que nesta fase, sem um mandato formal, as suas decisões careçam de cobertura legal. Nesta linha, seria importante sinalizar que Venâncio Mondlane tem lugar dentro do processo político moçambicano, e que ele não deve ser tratado como um criminoso. Para isso, não basta dizer que não há ordens de captura emitidos sobre a sua pessoa, enquanto a Procuradoria-Geral da República não se pronunciar sobre a extinção dos processos criminais e cíveis que diz ter instaurado contra este político. Igualmente de forma expedita, é preciso desbloquear a questão dos seus fundos que se en-

contram congelados em diferentes bancos.

Governo inclusivo

Para realizar o que pode parecer uma missão bastante ambiciosa, Chapo precisa de formar um governo que reflecta a diversidade do espectro político deste país, com a inclusão de figuras dos principais partidos políticos moçambicanos. Ele não deve fazer isto por uma questão de obrigação, mas como um gesto de reconhecimento do facto de que a reconstrução de Moçambique só será possível com o envolvimento e empenho de todos os moçambicanos. Simbolicamente, ele deve ir buscar aspectos dos manifestos e programas destes outros partidos e incluí-los no seu programa quinquenal.

Um dos problemas que sempre se mostrou como o principal obstáculo para o progresso de Moçambique foi a cultura de que quem ganha eleições (não importa se justamente ou não) tem o direito exclusivo de governar o país como bem o entender, sem a necessidade de levar a bordo as sen-

sibilidades de outros segmentos da sociedade. Como a actual situação do país bem demonstra, foi uma opção errada, com resultados que nunca contribuíram para melhorar as condições de vida do povo moçambicano.

O passo seguinte deve ser um processo de reformulação do sistema de administração eleitoral, com a transformação da CNE e do STAE em instituições verdadeiramente independentes e livres do sistema de clientelismo, que as torna subservientes perante o poder instituído. Não se trata apenas de alterar a sua composição, mas também a sua própria estrutura, filosofia e modelo de financiamento.

Em bom rigor, é necessário criar uma única instância de supervisão e gestão de todo de todo o sistema eleitoral, com o seu braço operacional directamente subordinado a ela. A actual bicefalia permite que o STAE actue, muitas vezes, fora do poder de supervisão da CNE, enquanto vai recebendo e obedecendo a ordens ilegais de outras instituições completamente alheias ao sistema de administração de eleições. São estas ordens ilegais que arrastaram o país para a actual crise.

Instituições eleitorais dirigidas pelos mesmos partidos que são também concorrentes nas eleições, com um deles exercendo um papel de controlo desproporcional em relação aos outros, são absolutamente anacrónicas e antidemocráticas. Delas não pode haver outro resultado que não sejam as cíclicas fraudes eleitorais que acabam invariavelmente em violentos conflitos pós-eleitorais. A Constituição da República define a CNE como uma entidade independente e imparcial, sendo por isso que a sua politização não só constitui um acto subversivo face a este princípio constitucional, como também uma afronta à moral pública.

Ao nível da administração pública, impõe-se que aos servidores públicos seja dada a opção de servirem o público como funcionários ou agentes do Estado, ou serem empresários, numa relação de mútua exclusividade entre as duas categorias. Servidores públicos que também se desdobram em empresários entram num conflito de interesses, que se torna impossível de sanar, acabando por prejudicar o verdadeiro interesse público. A questão deve ser colocada, por exemplo, em termos muito simples: o que faz um ministro responsável pelo sector das obras públicas, mas que também é dono de uma empresa de construção? Mas não deve ser apenas o facto de o ministro não se envolver empresarialmente no mesmo sector que ele administra ao nível do governo, porque se não for ele a adjudicar em proveito próprio, será o seu colega a fazer-lhe um favor em troca de outro favor. A opção mais segura é que governantes não devam ser ao mesmo tempo empresários.

Frente económica

Na frente económica, o desafio com que qualquer governo se confrontará será o de desmantelar os cartéis que tomaram o país de refém, transformando a sua economia num con-

junto de pequenos monopólios sem qualquer nível de competitividade, mas que mesmo assim são altamente lucrativos apenas graças à especulação e corrupção nas suas relações com o Estado. Neste anacrónico modelo económico, do qual também faz parte o sector empresarial do Estado, pouca riqueza é criada, e o elevado nível de desemprego que prevalece no país é reflexo desta triste realidade.

A incapacidade de criação de empregos reais faz com que a elite, através do clientelismo e de um mecanismo de prestação mútua de favores, se recicle no pouco que de sector empresarial existe, criando a ilusão de estar a trabalhar, mas na verdade sem nada produzir, e a delapidar o pouco que essas empresas possuem. É por isso que as suas tabelas remuneratórias têm muito pouco a ver com a realidade do país ou das próprias empresas. Na verdade, durante os próximos cinco anos, Chapo não terá outra missão se não a de procurar transformar Moçambique num país normal, numa sociedade de justiça, onde a governação está virada para dar resposta aos interesses e necessidades do povo, não um sistema de premiação entre um grupo de amigos que depois se organizam para assaltar o Estado. É com um Moçambique inclusivo, virado para a satisfação das necessidades económicas e sociais dos seus cidadãos, que Chapo se dará por bem-sucedido na sua governação. De nada vale uma sociedade caracterizada por ilhas de prosperidade extrema rodeadas de oceanos de privação extrema, onde as crianças (se tiverem acesso à escola) estudam debaixo de árvores, e as pessoas morrem de doenças facilmente curáveis. Chapo parece ter consciência da enormidade do trabalho que o espera. Durante a sua campanha, disse, de forma reiterada, que não se podia continuar a fazer as coisas da mesma maneira e esperar que o resultado seja diferente. É o entendimento de alguém que compreende que há mudanças estruturais que se impõem, sem as quais o progresso continuará a ser uma miragem.

Para isso ele terá de contar com o apoio dos sectores mais progressistas dentro do seu próprio partido, o que pode não ser fácil. Há muito que a Frelimo deixou de ser uma força alicerçada numa ideologia clara de desenvolvimento, tendo o povo como a sua base de apoio. O mercantilismo tomou conta do partido, sendo este actualmente o sector mais preponderante, onde a compra de votos para a ascensão ao nível dos lugares de direcção, mais do que o mérito, se tornou o método mais convencional. O partido assemelha-se hoje a uma câmara de compensação de negócios, do que uma organização ideológica empenhada no trabalho público.

Será difícil desalojar estas práticas, porque os que delas tiram benefícios não vão se dar por vencidos sem uma luta tenaz. Mas para o bem da nação, eles têm de ser derrotados. As actuais convulsões no país são uma mensagem clara de que o tempo para a mudança já chegou, sendo que a opção está entre mudar e sobreviver, ou resistir à mudança, e perecer.

As dez principais prioridades

- Um pacto de regime com medidas a curto e médio prazo sobre sectores públicos em crise, nomeadamente os abrangidos pela TSU (Tabela Salarial Única), a Saúde e a Educação

- A eliminação dos funcionários fantasmas no MDN (Ministério da Defesa) e MINT (Ministério do Interior) em função da conjuntura e extrema dependência destes sectores na actual situação de caos no país

- Melhoria da logística nas Forças Armadas, incluindo a eliminação das redes corruptas, que desviam largas quantidades de bens essenciais que não chegam às frentes de combate, sobretudo, em Cabo Delgado.

- Renegociação urgente da dívida do país (doméstica e externa, pública e comercial). É que o país está neste momento numa espécie de "armadilha da dívida".

- Negociação de créditos de emergência para minorar despesas imediatas.

- Decisão sobre a manutenção ou não do actual governador do Banco de Moçambique e das políticas monetária e cambial. Alguns sectores defendem a revogação imediata do mandato, enquanto reformistas, atendendo à conjuntura e à necessidade de

- manter ligações aos meios financeiros internacionais, defendem a manutenção em funções por 6-12 meses.

- Um programa de austeridade coerente que reflecta a real situação do país e elimine a hemorragia de fundos no sector público com motivações políticas, incluindo empresas públicas e instituições com autonomia administrativa e financeira

- Corte de gorduras do aparelho de Estado, a começar pelos sectores de topo. Criação de um governo minimalista. Eliminação das posições de vice-ministros e, talvez, mantê-los em ministério estruturantes. Na impossibilidade de se eliminarem administrativamente as posições de SdE (Secretários de Estado) provinciais por força do comando constitucional, deixar os lugares sem nomeação e eliminação drástica dos serviços adstritos, que são uma duplicação das direcções provinciais

- Um posicionamento transparente sobre os contratos de concessão e exploração dos recursos naturais já existentes e a potencial renegociação de contratos, onde seja imperioso que tal aconteça.

- Um posicionamento transparente sobre as finanças públicas, incluindo contratos, pagamentos, dívidas pendentes.



Standard Bank



SER RECONHECIDO COMO
BANCO DO ANO

2024

THE BANKER AWARDS

É SINAL

DE CONFIANÇA

O The Banker Awards esteve atento aos Sinais e distinguiu o Standard Bank Moçambique como o Banco do Ano de 2024. Este prémio, que nos enche de orgulho, reflecte o esforço, talento, trabalho e dedicação da nossa equipa na implementação de um modelo de negócio sólido e sustentável com um foco na experiência dos nossos Clientes.



Manifestações violentas deixam Moçambique à beira de colapso

Conselho Constitucional escolheu o caos

Por Raul Senda

Um rasto de destruição e caos traduzido em mortes, ferimentos, fugas nas prisões, roubos, saques e vandalização de bens públicos e privados é o cenário que caracteriza o país, desde a última segunda-feira, data em que o Conselho Constitucional (CC) anunciou os resultados finais das eleições gerais de 09 de Outubro. Há registo de dezenas de mortes por baleamentos, queimaduras e execuções sumárias. Com o Estado, aparentemente, ausente, cidadãos começam a organizar “milícias privadas” para garantir segurança nos seus bairros. É o salve-se quem puder.

O previsível consumou-se e, como sempre, o Estado esteve ausente e a anarquia tomou conta das ruas e o caos voltou a comandar a rotina dos moçambicanos.

Na sua *live* datada de 16 de Dezembro, Venâncio Mondlane disse, no encerramento da dita fase 4X4 que, depois seguiria uma etapa muito mais sacrificante, denominada *Turbo V8*. Contudo, a sua materialização dependia da Presidente do CC, Lúcia Ribeiro, e mais seis juizes conselheiros daquele órgão.

Para tal, em forma de ultimato, Mondlane colocou, em cima da mesa, dois cenários. Ou Moçambique caminha para a paz repondo-se a justiça eleitoral ou o país continuaria no caos mantendo-se os resultados da Comissão Nacional de Eleições (CNE) que, no seu entender, validaram a fraude eleitoral.

O CC optou pelo segundo cenário e confirmou a vitória de Daniel Chapo com 65,17% de votos e da Frelimo com uma maioria qualificada, elegendo um total de 171 deputados.



CC anuncia vitória da Frelimo e do seu candidato presidencial, manifestantes activam a fase turbo V8 e o país pára

O acórdão do CC, lido pela respectiva presidente, admite irregularidades, mas não suficientes para invalidar o resultado eleitoral.

Na realidade, os manifestantes nem esperaram pela validação e proclamação dos resultados eleitorais para se fazer à rua.

Logo pela manhã da segunda-feira, 23, as principais vias que dão acesso as cidades de Maputo e Matola, incluindo as Estradas Nacionais Números 1 e 4 (EN1 e EN4) foram colocadas barricadas que impediram a circulação de viaturas.

Ao longo da EN1, mais uma vez, o bastião dos manifestantes foi o povoado de Bobole, no distrito de Marracuene. A via foi encerrada por mais de 12 horas, deixando centenas de viaturas e milhares de cidadãos no desespero. A interrupção da rodovia verificou-se numa altura em que milhares de pessoas se deslocavam a vários pontos do país para celebrar o dia da família. Moçambicanos,

que regressavam da África do Sul, também viram o seu desejo de se juntar às famílias quase interrompido.

Ciente da omissão do seu dever; já que as autoridades sabiam que Bobole é um local de alto risco e que, para tal, havia necessidade de se tomar providências antecipadas, a fim de evitar o caos; as Forças de Defesa e Segurança (FDS) procuraram reagir, mas já era tarde e os manifestantes tinham o controlo total da situação. Pelo contrário, a reacção das FDS em vez de resolver o imbróglie atçou a fúria dos contestatários e, estes em reacção incendiaram dois autocarros da transportadora Nagi Investimentos.

Ainda em Bolole, os manifestantes imobilizaram um comboio de carga da empresa Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) e incendiaram o Posto de Controlo Policial de Nyongonhane.

Até ao fecho da nossa edição, na tarde desta quinta-feira, o país

continuava paralisado com alguns sectores, como é o caso da saúde e de segurança, a lançarem apelos dramáticos que indicavam que Moçambique está à beira de catástrofe e uma tragédia humana estava à vista.

No terminal interprovincial de passageiros da Junta, local de chegada e partida de transportes públicos de passageiros de Maputo para o resto do país, centenas de passageiros, a maioria vindo da África do Sul continuavam retidos. O terminal da Junta não oferece condições condignas para o albergue de pessoas e muito menos de saneamento.

O móbil das manifestações é a justiça eleitoral. Contudo, no terreno, as acções dos manifestantes extravasam essa reivindicação e há sinais claros de prática de crimes premeditados. As pessoas estão a se organizar para, em nome de manifestações saquearem lojas, armazéns e destruir bens alheios por causa de ódio e inveja pela prosperidade de outrem.

Nos bairros de Maputo e Matola, o SAVANA testemunhou cenários de famílias inteiras (pai, mãe, filhos menores), avós e netos que se mobilizaram e participam activamente no saque de lojas e roubo de bens alheios, alegando fome.

No bairro Jorge Dmitrov (Benfica) na cidade de Maputo, 11 pessoas terão morrido carbonizados quando tentavam saquear uma loja. Nesta quinta-feira os bombeiros, com ajuda dos populares, procuravam por mais corpos. Acredita-se que o número poderá subir.

“Isqueiro” de Lúcia Ribeiro

Confirmada a vitória da Frelimo e de Daniel Chapo, os manifestantes não esperaram pela conclusão da leitura das 38 páginas do Acórdão n.º 24/CC/2024 de 22 de Dezembro. Aliás, há muito que

a gasolina estava espalhada pelas ruas da cidade e nos bairros das principais urbes e vilas e só aguardava o “isqueiro” de Lúcia Ribeiro. Após o anúncio dos resultados eleitorais, o caos tomou conta de todo o país, com manifestantes nas ruas, colocando barricadas, pilhando lojas, supermercados, barracas, mercados e entrando em confrontos com a polícia.

Nem os apelos de Joaquim Chissano, antigo presidente da República, nem dos religiosos e muito menos do candidato eleito Daniel Chapo foram suficientes para amainar os ânimos dos manifestantes.

Vinte e quatro horas após o início das manifestações, Pascoal Ronda veio ao terreiro apresentar dados estatísticos.

Ronda disse que, em 24 horas, houve o registo de 21 mortes, dos quais dois são de agentes da polícia; 25 feridos, incluindo 12 polícias; 25 viatura incendiadas dos quais dois são da polícia.

Na altura, Pascoal Ronda classificou as acções dos manifestantes como ataques selectivos ligados à insurgência de Cabo Delgado.

Ronda não indicou o responsável pelas mortes, mas sabe-se que a maioria deriva do baleamento intencional das FDS.

Até ao fim do dia 25 de Dezembro, um pouco por toda a capital moçambicana assim como o município da Matola continuava cercada de barricadas, pneus em chamas e manifestantes que impediam a circulação automóvel, enquanto a o rasto de destruição continuava.

As imagens feitas a partir do Katembe, na outra margem da baía de Maputo, mostravam, ao final da tarde desta segunda-feira, a capital do país coberta por fumo negro. Era o resultado de pneus queimados em vários pontos das estradas da cidade.

Várias agências bancárias foram incendiadas e saqueadas nos arredores de Maputo. Em alguns casos, os manifestantes tentaram detonar caixas automáticas de muitas instituições financeiras. As bombas de combustível também não escaparam da fúria contestatária. Os semáforos e postos de electricidade também foram derubados, juntamente com sinais de trânsito.

Os acessos ao aeroporto internacional de Maputo, mesmo sob forte vigilância policial, também foram bloqueadas, facto que obrigou as companhias internacionais a interromper as ligações aéreas com Maputo. Ao nível doméstico, a companhia aérea de bandeira também foi obrigada a cancelar vários voos.



Manifestantes aproveitam-se da tensão pós-eleitoral e formam grupos para vandalizar, saquear e incendiar bens públicos e privados

NOVO PORTAL DO CLIENTE myTVCABO



**Gerir o seu contrato
nunca foi tão fácil!**

Segurança, comodidade
e autonomia.

Com o myTVCABO vai sentir-se
em casa.



21 480 550 | 82 4800
84 4800 | 550 na rede TVCABO
apoio@tvcabo.co.mz
my.tvcabo.mz

tvcabo

Sempre ligados.

Continuação da pág. 6

Nalgum momento os manifestantes ameaçavam a assaltar e incendiar o Aeroporto Internacional de Maputo.

Várias unidades policiais foram incendiadas e agentes da polícia foram vistos a fugir em debandada temendo pela sua segurança. Houve casos em que agentes da polícia despiram a farda, enterraram armas para passar despercebidos no seio popular.

Muitas unidades policiais na cidade e província de Maputo não estão em funcionamento e, temendo o pior, moradores de diversos bairros decidiram criar grupos de vigilância para patrulhar as suas zonas de residência.

Com a ausência total dos Estado, os moradores é que assumem a segurança das suas zonas de residência.

Distritos como Manhiça (província de Maputo), Bilene (Gaza) Namacurra, Lugela e Mulumbo (Zambézia), Liúpo e Lalaua (Nampula) estão sem administração pública em funcionamento em virtude de os manifestantes terem destruídos infra-estruturas públicas. Nestes distritos, os membros do governo, incluindo os seus administradores e ademais funcionários foram obrigados a fugir para outros locais à busca de segurança.

A PRM mostra-se incapaz de controlar a situação. No seio da corporação também nota-se sinais de desgaste e cansaço.

No bairro de Mahlampenhe, no município da Matola, um agente económico que viu manifestantes a rumarem para o seu estabelecimento comercial contactou a polícia pedindo socorro. Do comandante da esquadra a resposta foi de que a polícia nada podia fazer,

porque não havia efectivo para além de que, a polícia de protecção não seria capaz de conter a fúria popular. Dito feito, o estabelecimento foi vandalizado, saqueado e destruído perante o desespero do proprietário que viu o seu nível de tensão arterial a subir de forma preocupante.

Afinal de contas era um investimento de mais de 30 milhões de meticais, construído ao longo de 15 anos, a ser destruído em 20 minutos. 19 pessoas perderam imediatamente os seus postos de trabalho carregando a desgraça para as suas famílias.

“Nunca me envolvi directamente na política activa, não tenho ligações directas com qualquer partido político. Não estou ligado a nenhuma elite política. Com sacrifício, privações e créditos bancários ergui este património para sustentar minha família e também ajudar outras famílias através do emprego. Tenho um furo de água que, em caso de corte do fornecimento de água na rede pública, fornecia o líquido precioso a vizinhança a título gratuito. Investi na iluminação pública que também beneficia meus vizinhos. Mas, hoje, foram eles que me atacaram a me deixaram na desgraça. Convivi com as pessoas durante muitos anos, sem saber que nos seus corações alimentavam ódio e inveja. Foi uma coisa muito triste”, lamentou Elias Monjane, no meio de lágrimas.

Sem autoridade pública, os manifestantes faziam questão de comunicar as vítimas subsequentes com alguma antecedência e os factos consumavam no dia e na hora prometida.

As portagens, que há muito eram visadas e já não estavam a cobrar



O número de vítimas de baleamentos tende a crescer e os hospitais estão a ficar sem capacidade de resposta



Infra-estruturas policiais foram um dos principais alvos dos contestatários

passagens, não escaparam à fúria popular. A portagem de Cumbeza e Matola Garre, em Maputo, geridas pela Revimo, foram vandalizadas e incendiadas. A Portagem de Maputo também foi vandalizada. No bairro da Maxaquene, na periferia de Maputo, um tribunal

recém-construído foi queimado. No bairro de Maxaquene, os manifestantes também visaram os armazéns centrais do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), onde destruíram todo equipamento que se encontrava no local incluindo viaturas. O fogo ateado aos armazéns do STAE também atingiu um dos armazéns centrais do Ministério da Saúde (MISAU), onde, para além de destruir medicamentos e equipamentos hospitalares, arrasou um total de 30 viaturas, provocando prejuízos na ordem de 800 milhões de meticais, segundo dados preliminares das autoridades sanitárias.

Na manhã desta terça-feira e quarta-feira, o caos prevalecia. Em vários pontos do país, como Beira, Nacala, e os distritos de Lalaua e Murrupula (Nampula) e Alto Molócué (Zambézia) reinava um clima de grande tensão com bloqueios, saques e ateamentos de fogo em residências dos servidores públicos, de alguns moradores assim como de infra-estruturas públicas.

No dia 24, um grupo de manifestantes foi queimar as instalações da rádio comunitária de Xinavane, no distrito de Manhiça. No distrito de Bilene o alvo dos contestatários foi a sede e a residência do primeiro secretário da Frelimo, edifício do município assim como a residência protocolar do edil local para além de bloquear a EN1 e saquear vários estabelecimentos comerciais.

Sistema de Saúde à beira do colapso

A violência que se assiste nas ruas está a colocar o sistema nacional de saúde sob pressão e à beira de colapso. A direcção do Hospital Central de Maputo (HCM) reconheceu que a maior unidade sanitária do país está a funcionar em “situação crítica” e não consegue receber alimentos ou profissionais de saúde.

“Estamos a atravessar um momento crítico no HCM, com um número de doentes por trauma maior, em relação aos outros anos, nesta época, e um número de profissionais de saúde reduzido”, assinalou a directora clínica substituta daquela unidade, Eugénia Macassa.

Até ao fim da manhã desta quarta-feira, o HCM tinha recebido um total de 161 doentes dos quais 62 foram vítimas de baleamentos. Por sua vez, o Hospital Geral José Macamo contabilizava 52 pacientes dos quais 10 foram vítimas de balas.

O HCM tem capacidade de 1.500 camas. Actualmente estão internados 900 pacientes. No entanto, Eugénia Macassa reconheceu também “problemas sérios de alimentação” na unidade hospitalar. “Porque os nossos fornecedores também não conseguem chegar à unidade sanitária. Por não conseguirem chegar à unidade sanitária não conseguimos ter os alimentos que precisamos para alimentar os nossos pacientes”, frisou, reconhecendo a possibilidade de o hos-

Continua na pág. 8

Património conectado a figuras da Frelimo “visitado”

Na mistura entre manifestações e actos criminais, diversas infra-estruturas, supostamente, ligadas às figuras notáveis da Frelimo, partido no poder a cerca de 50 anos, foram queimadas em vários pontos.

Um dos estabelecimentos incendiados fica em Habel Jafar, distrito de Marracuene, província de Maputo. É uma escola privada, que se acredita pertencer ao comandante geral da Polícia, Bernardino Rafael. É um estabelecimento de ensino construído no meio de um bairro pobre, sem acessos nem ordenamento, mas que tem como público-alvo a classe média. Trata-se da Dream International College, que tem uma anuidade de 120 mil meticais por cada aluno acrescido a mais 30 mil meticais de alimentação e 30 mil meticais de transporte escolar para quem solicite serviços de transporte. Portanto, por ano, a Dream International College cobra por cada estudante cerca de 180 mil meticais, num zona onde a renda familiar média é paupérrima.

A ministra dos Negócios Estrangeiros e mandataria do partido Frelimo, Verónica Macamo, também não escapou da presumível visita dos manifestantes. A sua residência particular na cidade da

Matola, assim como um salão de festas no município da Macia, província de Gaza também foram, parcialmente, vandalizados.

No município de Nacala-Porto, província de Nampula, um estabelecimento hoteleiro de luxo, denominado hotel Sol, conectado, pelos manifestantes, ao presidente da República, Filipe Nyusi, também foi vandalizado, saqueado e incendiado.

Na cidade de Beira, seis camiões pertencentes a empresa Transportes Carlos Mesquita (TCM), actual ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos também foram incendiados.

Em Nampula, um estabelecimento de ensino denominado Escola Complexa de Nampula, supostamente pertencente a Margarida Talapa, actual ministra de Trabalho e Segurança Social, foi vandalizado, saqueado e incendiado.

No Posto Administrativo de Catuane, distrito de Matutuine, província de Maputo, populares invadiram uma fazenda, que dizem pertencer a holding (Focus 21) da família Guebuza, de onde retiram animais de várias espécies com maior enfoque para suínos, patos e galinhas. Também há rumores de que uma das residências da irmã do candidato eleito, Daniel Chapo, foi vandalizado.



BANCO DE MOÇAMBIQUE

ANÚNCIO DE CONCURSO E CONVITE PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE TENDER ANNOUNCEMENT AND CALL FOR EXPRESSION OF INTEREST

Fiscalização da Empreitada de Reabilitação e Requalificação do Edifício da Filial de Tete Supervision of the Works Contract for the Rehabilitation and Requalification of the Tete Branch Building

Referência n.º 02/01/DAP/2024 – Concurso Público Internacional por Prévia Qualificação para a Fiscalização da Empreitada de Reabilitação e Requalificação do Edifício da Filial de Tete (Concurso)

O Banco de Moçambique (BM), pessoa colectiva de direito público, com a natureza de empresa pública, com sede na Avenida 25 de Setembro, n.º 1695, cidade de Maputo, Moçambique, pretende seleccionar empresas com capacidade técnica, financeira, jurídica e experiência comprovada para fiscalizar a obra de reabilitação e requalificação do edifício da Filial de Tete, sito no cruzamento das avenidas Eduardo Mondlane e Julius Nyerere, na cidade de Tete, província de Tete.

Para o efeito, o BM convida todas as empresas interessadas com capacidade, qualificação e experiência comprovadas a solicitar, por escrito, os termos de referência que estabelecem os requisitos de qualificação, através do endereço electrónico dapconcurso@bancomoc.mz, a partir da data da publicação deste anúncio.

O concurso é composto por duas fases: a primeira destina-se à pré-qualificação, na qual podem participar todas as empresas habilitadas que manifestarem interesse, e a segunda restringe-se aos candidatos pré-qualificados.

As empresas interessadas devem comprovar dispor das qualificações e experiência exigidas para a fiscalização de obras da envergadura da pretendida.

A documentação de qualificação deve ser enviada em envelope selado até ao dia 24 de Janeiro de 2025, às 10 horas, para o seguinte endereço:

**Banco de Moçambique
Departamento de Aprovisionamento e Património
Avenida 25 de Setembro, n.º 1695, Maputo, Moçambique**

Os candidatos devem indicar a pessoa de contacto (nome, endereço electrónico e número de telefone) que age como seu representante.

No acto da recepção das candidaturas serão apostos o carimbo do BM, a data e hora (com indicação de minutos) da recepção.

As candidaturas recebidas após a data e hora estabelecidas não serão consideradas para o concurso.

Apenas os candidatos pré-qualificados serão convidados a tomar parte na segunda fase do concurso.

Reference No. 02/01/DAP/2024 - International Public Tender by Pre-Qualification for the Supervision of the Works for the Rehabilitation and Requalification of the Tete Branch Building (Tender)

Banco de Moçambique (BM), a legal person governed by public law, in the form of a public company, with its head office at Avenida 25 de Setembro, no. 1695, in Maputo city, Mozambique, is looking to select companies with the technical, financial and legal capacity and proven experience to carry out the supervision of the rehabilitation and requalification works on the Tete branch building, located at the corner of Avenida Eduardo Mondlane and Avenida Julius Nyerere, in Tete city, Tete province.

To this end, BM hereby invites all interested companies with proven capacity, qualifications and experience to request the terms of reference, which set out the qualification requirements, by writing to the e-mail address dapconcurso@bancomoc.mz, as from the date this announcement is made public.

The tender consists of two phases: the first is intended for pre-qualification, in which all qualified companies that express their interest can take part, and the second which is restricted to pre-qualified tenderers.

Interested companies will be required to prove that they meet the qualifications and experience needed to carry out supervision of a project of this magnitude.

The qualifications documents shall be delivered in a sealed envelope by 24 January 2025 at 10 a.m. to the following address:

**Banco de Moçambique
Procurement and Property Management Department
Avenida 25 de Setembro, n.º 1695, Maputo, Moçambique**

Tenderers must indicate the contact person (name, e-mail address and telephone number) acting as their representative.

When applications are received, a BM stamp will be affixed, as well as the date and time (with a record of minutes) of receipt.

Applications received after the established date and time will not be considered for the tender.

Only pre-qualified tenderers will be invited to take part in the second phase of the tender.

Maputo, 27 de Dezembro de 2024

Continuação da pág. 8

pital deixar de fornecer comida: “Corremos esse risco se não recebermos alimentos nas próximas horas”.

Macassa frisou também que o bloco operatório está a “funcionar há 24 horas sem parar”. Também há dificuldade no “stock” de sangue, com apenas 111 bolsas, de 0,45 litros, para necessidades diárias, fora deste período do ano, que rondam uma centena.

Cerca de 1500 reclusos na rua

No meio da ressaca de um Natal ensombrado pelas vandalizações, baleamentos, saques e roubos, no fim da tarde desta quarta-feira, os moçambicanos foram surpreendidos por outras notícias dramáticas, ligadas à fuga, em massa, de reclusos no maior estabelecimento penitenciário do país.

A fuga registou-se no Estabelecimento Penitenciário da Província de Maputo, mas também há notícias de que alguns presos terão partido da cadeia de máxima segurança, vulgo B.O.

A primeira informação sobre a fuga de reclusos foi transmitida pela Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosas, Helena Kida, que referiu que o plano de fuga foi traçado a partir do Estabelecimento Penitenciário de Máxima Segurança, que por sua vez, contaminou a prisão vizinha, este que serviu como ponto de fuga.

“A fuga de reclusos do Estabelecimento Penitenciário de Maputo foi causada por agitação na B.O”, disse.

Na altura, Helena Kida disse que ainda era prematuro avançar com detalhes já que equipas apropriadas estavam no terreno a averiguar a situação. A ministra da Justiça é a entidade que tutela os serviços penitenciários, que estão sob gestão de uma unidade autónoma, denominada Serviço Nacional Penitenciário.

Contudo, às 20 horas da mesma quarta-feira, Bernardino Rafael, Comandante geral da Polícia, fez uma comunicação, sem direito a perguntas, onde abocanhou por completo as competências da ministra da Justiça e disse que as fugas foram causadas pelos manifestantes que derrubaram o muro da cadeia. As contradições na comunicação de Kida e Rafael é revelador do nervosismo que anda

no Governo e dificuldades de desenhar um plano estratégico de comunicação relacionadas a manifestações pós-eleitoral.

Na sua comunicação, com alguma manipulação pelo meio, Bernardino Rafael referiu que a Cadeia Central de Maputo albergava até a tarde da quarta-feira, cerca de 2500 reclusos. Contudo, cerca das 13 horas do mesmo dia, um grupo de manifestantes aproximou-se àquele estabelecimento penitenciário a exigir a retirada de presos. Nas palavras de Rafael, esta agitação “emocionou” o interior da prisão. Daí, alguns presos detidos na BO, saíram através de um buraco aberto no muro, que separa os dois locais e entraram na cadeia central de onde criam outra agitação.

Sublinha que foi um reboiço, que apesar de várias tentativas de repor a ordem da parte da guarda prisional, não foi possível controlar aos ânimos e 1534 reclusos fugiram.

Segundo o comandante geral da Polícia, dos confrontos entre as autoridades prisionais e os reclusos, 33 detidos perderam a vida e 15 ficaram feridos. Até ao fim do dia desta quarta-feira, 150 fugitivos tinham sido recapturados.

Contudo, informações internas dão conta que no confronto entre guardas prisionais e reclusos o número de mortes não passava de uma dezena. As restantes mortes verificaram-se depois da captura dos mesmos. Isto é, grande parte das mortes resultaram de execuções sumárias.

Bernardino Rafael disse que os reclusos foram libertados pelos manifestantes com intenções desconhecidas. “Os organizadores destas manifestações é que devem explicar sobre as razões que os levam a libertar presos perigosos”, sentenciou, para depois acrescentar que estas acções subversivas podem ter sido desencadeadas para no fim se promover o terrorismo.

Sublinhou que entre os fugitivos constam 29 terroristas, assaltantes à mão armada, violadores de mulheres e assaltantes de viaturas.

Bernardino Rafael terminou a sua comunicação lançando alarmes dramáticos, referindo que nas próximas 48 horas espera-se uma subida galopante de crimes nas cidades de Maputo e província de Matola.



Bernardino Rafael e Helena Kida: mesmo governo, versões diferentes sobre a fuga de reclusos

Luta contra a violação dos Direitos Humanos durante a tensão pós-eleitoral

CDD na linha da frente

A tensão pós-eleitoral que caracteriza o país desde o passado dia 21 de Outubro, marcada por manifestações, está também a propiciar ambiente para a violação dos Direitos Humanos.

Por vários cantos do país reporta-se casos de baleamentos premeditados por agentes da polícia contra cidadãos indefesos para além de detenções arbitrárias e ilegais.

Estima-se que mais de 100 moçambicanos perderam a vida vítimas de balas da polícia, desde que as manifestações iniciaram além de mais de três centenas de feridos e cerca de três mil detidos.

Sensibilizado com a situação a organização não-governamental (ONG) Centro para a Democracia e Direitos Humanos (CDD) entrou na linha da frente na defesa das vítimas.

Foi nessa luta pelo respeito dos direitos humanos e busca da justiça que o CDD apresentou na Procuradoria-Geral da República (PGR) uma denúncia contra o Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique e o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), acusando os agentes da corporação de terem provocado a morte de mais de 65 pessoas entre 21 de Outubro e 17 de Novembro de 2024.

O CDD diz que contra todas as expectativas, durante as manifestações, agentes da PRM tiveram diversas intervenções para repelir as manifestações, entretanto, nas suas intervenções, recorreram constantemente ao uso da força bruta, gás lacrimogénio, munições reais, assim como veículos pesados equipados com armamento de guerra. Frisa que os agentes da polícia, fortemente aramados, dispararam cilindros de gás lacrimogénio e munições reais contra cidadãos indefesos e desarmados.

O processo em alusão está em curso e no dia 19 de Dezembro de 2024, o CDD foi ouvido nas instalações da PGR, onde o seu Director Executivo, o Professor Adriano Nuvunga, destacou que os Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais devem ser garantidos e respeitados, independentemente da situação política que o país se encontra a atravessar. Assegurou ainda que, até à data em que foi submetida a denúncia, a acção da PRM e do SERNIC desdobrava-se sobre a morte de 65 moçambicanos e mais de 1000 feridos.



CDD e Adriano Nuvunga assumem a vanguarda na luta pela justiça durante as manifestações

Entretanto, até à data presente, o número de mortos roça um total de 131 e mais de 3000 feridos.

Nesta denúncia, o CDD também exige reparação às famílias das vítimas, incluindo compensações financeiras, assistência médica e psicológica. O apelo é para que o Estado reconheça e assumas as suas responsabilidades diante da tragédia.

Neste momento, o CDD prepara-se para aditar à denúncia feita os mais recentes casos de mortes e ferimentos causados pela acção bárbara da PRM, pretendendo que o Estado moçambicano seja exemplarmente responsabilizado pelo que fez nas ruas através dos polícias.

Amparo à família de Elvino Dias

No quadro das suas competências atinentes a promoção dos Direitos Humanos e Acesso à Justiça, o CDD tem estado na vanguarda na busca da justiça contra o assassinato do advogado Elvino Dias, ocorrido a 18 de Outubro de 2024. Por outro lado, a organização tem procurado confortar a viúva e os filhos de Elvino Dias a fim de superar este momento difícil que foram forçados a viver pelos supostos esquadrões de morte.

Alias, a família de Elvino Dias

vive momentos turbulentos derivados de ameaças e tentativas de sequestro, facto que obrigou-os a abandonar a residência e refugiar-se em parte incerta.

Há dias, uma equipa do CDD deslocou à residência do finado e, chegada a casa, foi recebida pelo silêncio. Depois de muita insistência pedindo licença, a equipa do CDD que ia saudar e confortar a família, e deixar uma cesta básica, decidiu ligar à viúva. Como uma voz embargada, a viúva disse que não estava em casa, que abandonou a residência e se instalou num lugar que não podia revelar por razões de segurança.

Segundo ela, dias depois do funeral do seu esposo começou a sofrer ameaças de vária ordem, incluindo de morte por parte de desconhecidos, mas que se acredita que sejam os esquadrões de morte, o mesmo grupo que assassinou Elvino Dias.

Mas o que forçou a saída de casa foi quando há dias ela e os filhos escaparam a uma tentativa de sequestro. Neste momento, a família de Elvino Dias clama por ajuda e protecção. Temem que aqueles que mataram o advogado lhes possam fazer mal. Elvino Dias foi assassinado com 25 balas no centro da cidade de Maputo.

Estas ameaças à família do finado deitam por terra a narrativa trágica que tinha sido vendida ao país e ao mundo, segundo a qual, Elvino Dias tinha sido assassinado depois de uma briga com homens devido a “disputa” de uma mulher nas barracas do Pulmão da Malhangalene, minutos antes de ser crivado de balas. As ameaças a família do finado reforçam a ideia de que o assassinato tem que ver com o momento de crise pós-eleitoral marcado por denúncias de fraude eleitoral.



CDD está atenta à família do advogado Alvino Dias, barbaramente assassinado a 18 de Outubro de 2024

Cidade da Beira:

Dois gigantes comerciais em pé de guerra

Por Rodrigues Luís, na Beira

Dois gigantes do comércio geral da capital provincial de Sofala, Beira, estão numa guerra sem quartel, por um deles estar supostamente a fazer uso irregular de marcas. A situação, que se vive entre ambos, é de se cortar à faca e arrasta o judicial para o problema, indiciando a juíza Lúcia de Carvalho de “favorecimento suspeito”.

Trata-se do Grupo Uzeir, que acusa a empresa Ferrox Limitada, de estar supostamente a violar os seus direitos de propriedade industrial, destacando uso ilegal da marca e práticas de contrafacção.

De acordo com o representante do departamento jurídico do Grupo Uzeir, Amândio da Cruz Buanaissa, as desinteligências começaram quando uma empresa deste grupo, ou seja a Chacha Center Limitada, notificou a Ferrox para cessar a comercialização de uma marca registada pelo seu grupo. Segundo o causídico, a resposta que a Chacha Center obteve do gestor e proprietário da Ferrox, foi que fossem queixar onde quisessem. “Foi desafiadora a resposta do representante da Ferrox Lda. Ele alegou ter influência suficiente para continuar com suas acções impunemente”, explicou Buanaissa, tendo referido que foi o que sucedeu em diversas acções levadas a cabo pelo Grupo Uzeir.

Tiger e DePoint

O grupo Uzeir é detentora dos direitos das marcas Tiger e DePoint, registados pelo Instituto da Propriedade Industrial de Moçambique. São estas duas marcas que estão a causar problemas entre as duas organizações comerciais.

Conforme explicou em exclusivo ao nosso Jornal um dos gestores do Grupo Uzeir, a Ferrox Limitada, também se encontra a comercializar as mesmas marcas sem que tenha documentos legais para o efeito, “resultando em graves prejuízos para a sua



Entrada da loja onde há disputa

firma”, disse.

O grupo UZEIR refere que o uso ilegal da propriedade industrial é caracterizado por contrafacção. É o caso da marca DePoint que, no estabelecimento comercial da Ferrox Limitada, é comercializada com o nome de DelPoint.

Fala-se de que a etiqueta DelPoint foi produzida pela Ferrox Lda para tapar a parte escrita DePoint.

Conforme explica o queixoso, a atitude dos gestores da empresa, que faz o mau uso das suas marcas, não só é má-fé, como também é criminal.

Baixa qualidade

As acusações do Grupo Uzeir contra a Ferrox vão mais longe ao apontar que dos testes feitos a algumas máquinas, que carregam o nome de Tiger, constatou-se serem de baixa qualidade, reforçando a convicção de as mesmas serem contrafeitas.

Para Amândio Buanaissa, uma das maiores preocupações do Grupo Uzeir é o facto dos produtos comercializados em nome das suas marcas legais serem de baixa qualidade.

“Muitos desses produtos são contrafeitos, de baixa qualidade e não representam os padrões que construímos ao longo de mais de 20 anos”, explicou.

O representante legal do Grupo Uzeir disse ainda estar a constatar a tentativa da Ferrox em registar uma marca chamada Delpoint, “que é claramente uma imitação da marca DePoint, que é exclusiva pertença ao Grupo UZEIR. Isso reforça a nossa preocupação com práticas desleais e tentativas de confundir o consumidor”, argumentou

Quanto aos eletrodomésticos da marca DePoint, que se reporta a ser supostamente contrafeito e recebendo o nome de DelPoint, os detentores da marca afirmam que a DePoint continua sendo a verdadeira e que o público deve confiar. “Ela continua líder em Moçambique, e o nosso compromisso com a qualidade e inovação permanece inabalável”, frisou.

O nosso interlocutor lamentou o facto de os clientes estarem a ser enganados pela Ferrox, quando se fazem aquele estabelecimento. “Pedimos aos nossos fiéis clientes e ao público em geral que se abstenham de adquirir produtos da marca Tiger fora das instalações oficiais das empresas do Grupo Uzeir, como Uzeir Holding Limitada, Chacha Center e revendedores”, explicou.

Providência cautelar e decisões suspeitas

No entanto, a providência cautelar decidida a favor do Grupo Uzeir, quando este recorreu com vista a salvaguardar os direitos da sua marca, foi de pouca dura. A sexta secção do Tribunal Judicial da Cidade da Beira, presidida pela juíza Lúcia de Carvalho, cancelou o veredicto, devolvendo todo o produto apreendido a Ferrox Lda.

A decisão que contrária a anterior, criou no seio do Grupo Uzeir uma suspeita de corrupção no judicial, tendo por isso, participado a juíza Lúcia de Carvalho, junto ao Conselho Superior de Magistratura Judicial (CSMJ). Foram nulos esforços para ouvir a magistrada Lúcia de Carvalho.

Amândio Buanaissa referiu que

ao grupo Uzeir não foi dada a oportunidade de interpor recurso sobre a decisão e isto fez com que fosse revogado o despacho da providência cautelar.

Conforme explicou Amândio Buanaissa, “mesmo após a concessão de uma providência cautelar a nosso favor, garantindo a tutela dos nossos direitos, o Tribunal reverteu essa decisão de forma inesperada e sem fundamentos claros. Acreditamos que essa reviravolta pode ter sido influenciada por acções externas, envolvendo corrupção e manipulação das decisões judiciais”. Para sustentar a sua acusação, o representante do Grupo UZEIR referiu que, durante a notificação da providência cautelar, o gestor da Ferrox Lda, Imran Mahomed, realizou diversas ligações, mencionando nomes como “camarada, meritíssimos juízes”, gerando suspeitas de interferência externa no processo. “Quando estávamos reunidos na tentativa de negociação, o representante da Ferrox demonstrou um conhecimento prévio de decisões judiciais ainda não proferidas, evidenciando confiança incomum sobre o desfecho favorável a ele, se referindo-se até ao dia em que seria notificado do despacho”.

Negociação

Porém, gestores do Grupo Uzeir e Ferrox Lda sentaram-se à volta da mesma mesa para procurarem saídas. A fonte referiu que a equipa da Ferrox Lda, não mostrava sinais de arrependimento e muito menos a vontade de ceder perante os ditames da propriedade industrial.

Numa entrevista com jornalistas, o gestor da Ferrox Lda afirmou

que o pessoal do grupo UZEIR não tencionava dialogar. No entanto, num breve contacto com estes partilharam com os jornalistas as fotografias do encontro familiar.

“Parece estarmos com uma pessoa com dupla personalidade. Enquanto estava connosco nos debates para ultrapassar as diferenças que nos une, por outro lado, está a accionar o Tribunal para forçar a retirada dos produtos dos nossos armazéns, que para o acesso tiveram de arrombar os cadeados.

Temos os mesmos fornecedores

No entanto, o gestor da empresa Ferrox Lda, Imran Mahomed, disse que a sua instituição possui o mesmo fornecedor que o grupo Uzeir, sendo por isso que não vê qualquer tipo de problemas. Reagindo as acusações segundo as quais a Ferrox esteja a fazer o uso irregular da marca Tiger e contrafacção de eletrodomésticos de DePoint para DelPoint, Imran Moahomed, sem apresentar provas documentais, disse que a sua acção nos negócios é legal.

“As acusações são falsas. Aqui devo dizer que temos mesmo fornecedor e cada um de nós está a fazer os seus negócios”, explicou.

O nosso entrevistado disse que não devia falar muito porque o assunto estava na justiça.

“Já estivemos antes na justiça e o Tribunal decidiu devolver o meu produto. Sei que estamos em problemas, mas os problemas acabam quando as pessoas se sentam, mas a outra parte não quer dialogar”.

“O proprietário do Grupo Uzeir é meu cunhado. Somos família. Eu estou casado com a irmã há 25 anos. Isso que está acontecer é perseguição. Os problemas discutem-se em casa, mas acontece que o pessoal da Uzeir não quer nos dar este prazer. É lamentável quando isso acontece porque mesmo a nossa religião não aprova isso que está acontecer”, lamentou Imran.



Imran Mahomed, Gestor da Ferrox Lda



Amândio Buanaissa, representante do departamento jurídico do grupo UZEIR

Terra e papel: a indústria europeia da celulose em Moçambique

Por Boaventura Monjane, Juan Maza Calleja e Davide Mancini*

Empresas europeias cultivam eucaliptos em Moçambique, para depois os transformarem em celulose na Europa. A que custo? O colapso das comunidades rurais e dos ecossistemas locais.

Enquanto Gabriel Feijão transfere o mel para uma garrafa de plástico com a ajuda da filha, a sua esposa prepara pães recém-assados num forno tradicional alimentado por carvão. O carvão é produzido por outro dos seus filhos, a algumas centenas de metros de distância, usando troncos recolhidos na sua terra. Carvão, mel, pão e legumes são o que a família produz para si mesma, mas também, em grande parte, para vender no mercado local. Trata-se de uma agricultura de subsistência amplamente praticada numa zona rural, no distrito de Sussundenga, na província de Manica, centro de Moçambique.

A vasta paisagem de savana e arbustos é interrompida apenas por montanhas graníticas e manchas de floresta que, vistas de perto, têm formas geometricamente definidas: são plantações de eucaliptos. “Disseram-nos que queriam produzir papel, construir uma fábrica e muitas outras coisas. Mas a fábrica está em Portugal. Então, o benefício é para eles lá, não para nós aqui. Nós queremos comida para podermos comer. Se nos tirarem a terra, onde vamos produzir nossos alimentos?”

Gabriel Feijão não é o único indignado na comunidade rural de Cortina-de-Ferro, situada a pelo menos dois dias de carro da capital, Maputo. Ali, nos últimos 15 anos, uma empresa portuguesa obteve direitos de uso da terra para plantar eucaliptos, uma árvore destinada exclusivamente à produção industrial de celulose, matéria-prima para fabricar papel e papelão. No entanto, em Moçambique, por



Plantação de eucaliptos da Portucel

enquanto, não se produz celulose. Desde essa região, os troncos são enviados para o porto da Beira e, de lá, embarcados para Aveiro, em Portugal, onde são transformados na matéria-prima necessária para fabricar caixas, papel de alta qualidade e inúmeros tipos de embalagens: desde copos de papel para café até caixas gráficas de produtos electrónicos fabricados e consumidos na Europa.

A companhia portuguesa Navigator Company é a accionista maioritária da empresa Portucel Moçambique, enquanto os restantes 20% pertencem à IFC, International Finance Corporation (ramo financeiro do Banco Mundial). A

Portucel Moçambique obteve os direitos de uso e aproveitamento da terra (DUAT) por um período de 50 anos sobre terras agrícolas de 356.000 hectares nas zonas interiores da ex-colónia portuguesa. A Navigator Company é a terceira maior exportadora de Portugal, com um volume de negócios anual de quase 2 mil milhões de euros, contribuindo com cerca de 1% do PIB do país.

Como em Moçambique a terra é predominantemente de propriedade estatal, a empresa teve de negociar o uso da terra com o governo moçambicano em 2011. Em vez de uma expropriação da terra, que forçaria milhares de famílias a

deslocarem-se, optou-se por uma cessão voluntária do uso da terra por parte dos residentes, com um contrato assinado entre as famílias e a empresa.

No entanto, muitas pessoas entrevistadas acusam a empresa e o governo de não cumprirem as promessas constantes no contrato e de falta de transparência em geral, encontrando-se agora sem terra e sem a entrada económica prevista. Gabriel Feijão recusou-se a ceder a sua terra, mas acredita que é apenas uma questão de tempo até que cheguem à sua machamba — como são chamadas em Moçambique as parcelas de cultivo misto familiar, um sistema tradicional em grande parte agroflorestal.

Dos 236.000 hectares destinados às plantações de eucalipto da empresa portuguesa em Moçambique, apenas 14.000 foram plantados até ao momento. Segundo a empresa, o investimento ainda está na fase piloto: trata-se do maior investimento estrangeiro em área agrícola para o país africano desde a sua independência, o que equivale a cerca de 2,5 mil milhões de dólares, num país cujo PIB em 2023 foi de 20,6 mil milhões de dólares.

Com uma extensão territorial nove vezes maior do que a de Portugal, o modelo “mosaico” escolhido pela empresa prevê plantar perto das comunidades rurais, muitas vezes dispersas e desconectadas, onde as pessoas se deslocam principalmente a pé, alternando faixas de plantações, machambas e habitações, principalmente palhotas construí-

das com materiais locais.

“Agora temos de caminhar quilómetros para chegar ao poço, porque o poço que usávamos antes secou, e o outro já não é potável”, diz Mugabe Augusto, em outra comunidade. Augusto, por sua vez, cedeu os seus 1,7 hectares de machamba com um contrato de cessão voluntária, e agora o que era a sua terra está coberto por altos eucaliptos que ele próprio ajudou a plantar.

Augusto, como muitas outras pessoas, diz que a empresa havia prometido trabalho por 50 anos para aqueles que cedessem o uso da terra: no entanto, a manutenção das plantações não requer muita mão-de-obra, o que levou, com o tempo, a tensões entre aqueles que esperavam uma melhoria na qualidade de vida e a Portucel.

Para Augusto, o pagamento de 236 metical por dia de trabalho não compensa a perda da terra, da qual ele e a sua família podiam tirar benefícios quando plantavam hortaliças. Por sua vez, a Portucel responde que, durante os mais de 10 anos de presença na região, criou 250 postos de trabalho permanentes, além de diversos contratos de trabalho precário ou sazonal equivalentes a 1.500 empregos a tempo inteiro.

Mas tudo avança gradualmente, e apenas 2.000 hectares foram plantados até agora na província de Manica, uma pequena parte do que estava previsto no projecto aprovado. A empresa compromete-se a contratar mão-de-obra principalmente entre as pessoas que cede-

ram a terra ou que fazem parte da comunidade, caso seja necessário. A investigadora do College of Agriculture and Life Science da Cornell University, Natacha Bruna, conduziu várias pesquisas sobre o impacto da Portucel na vizinha província de Zambézia para o OMR (Observatório do Meio Rural), e, segundo as suas análises, apenas 17% dos entrevistados conseguiram um emprego permanente, sendo que a maioria das pessoas foi empregada apenas para preparar a terra para as plantações de eucalipto, sem continuidade no emprego, como esperado pelos residentes.

O resultado, segundo Bruna, é um desastre social: “Vieram com o melhor dos discursos propondo boas práticas, mas o que vemos é um aumento da pobreza localizada onde surgiram as plantações.” De acordo com Bruna, algumas elites locais nas comunidades se beneficiaram com os empregos obtidos em troca da terra, ou seja, aqueles que tinham terra em abundância para ceder e ainda conservar uma parte, mas muitos pequenos produtores foram convencidos pelos líderes locais, ou simplesmente foi comunicado a eles a chegada das plantações.

Moçambique: um novo actor

Sergio Baffoni, coordenador de campanhas da Environmental Paper Network, acompanhou o caso da Portucel Moçambique e outras operações ligadas ao mercado internacional de celulose: “A demanda por papel está em constante aumento na Europa. Nos últimos 20 anos, o consumo de celulose aumentou 22%, e o abastecimento das florestas europeias aumentou 9%. A diferença foi compensada pelas importações de países como Brasil, Uruguai e Chile.” Moçambique é um novo actor no mercado global de celulose, e a Navigator Company afirma que, na realidade, o eucalipto moçambicano destinava-se a ser exportado para o mercado asiático, como a China, que tem uma grande demanda por celulose



Augusto Mugabe, camponês, Manica

para produzir papel e outros derivados, tanto para consumo interno quanto para exportações para o chamado “Norte Global”. A construção da fábrica de celulose prevista pela Portucel em Moçambique foi, por enquanto, adiada para 2032, aguardando a ampliação do porto de Macuse, de onde a empresa estima que serão enviadas anualmente 1,5 milhão de toneladas de celulose.

Da Austrália a Portugal

Enquanto isso, o eucalipto, uma planta originária da Austrália, tornou-se a espécie dominante nas florestas de Portugal, o maior produtor europeu de celulose de eucalipto. A partir dos anos 80, com a independência das ex-colónias portuguesas como Angola e Moçambique, a forte indústria pública e privada da celulose impulsionou a florestação de eucalipto dentro do seu território, atraindo muitos pequenos proprietários portugueses a plantar essa espécie, que na época parecia oferecer perspectivas económicas promissoras em troca de uma manutenção mínima das plantações.

Desde os anos 80 até hoje, muitas dessas áreas, especialmente no centro-norte do país, foram abandonadas sem gestão, devido ao despoamento das áreas interiores e à baixa rentabilidade. As plantas australianas tomaram cada vez mais espaço, até ocupar 845.000 hectares, 26% da área florestal nacional, tornando-se a espécie predominante em Portugal.

Com a tragédia de Pedrógão Grande, o incêndio que traumatizou Portugal em 2017, causando 66 vítimas e queimando 53.000 hectares (metade dos quais eucalipto), o governo português decidiu travar a expansão do eucalipto e procurar formas de gestão mais eficientes para essa espécie, que, se deixada sem controlo, se torna uma bomba-relógio para incêndios.

O impacto em Moçambique

Augusto mostra o poço onde antigamente ia buscar água para a sua machamba, agora cercado por



Carregamento de eucaliptos a caminho do Porto da Beira

fileiras de eucaliptos com mais de 15 metros de altura. “Desde que plantaram aqui, esse poço e outros na área secaram, porque o eucalipto absorve muita água no solo.” Augusto, como outros vizinhos, conta que logo após plantarem os eucaliptos, e com a chegada da estação das chuvas, várias pessoas na região começaram a ter problemas estomacais, e acreditam que isso se deve às substâncias químicas usadas nas plantações.

A empresa utiliza um inseticida, o thiamethoxam, aplicando-o nas raízes da planta durante o primeiro ano e meio de vida, para evitar que certos insectos possam comprometer o seu crescimento. O uso ao ar livre dessa substância química é proibido em toda a União Europeia desde 2018, sendo considerada “moderadamente perigosa para os seres humanos” pela FAO. Na Europa, o uso foi proibido principalmente porque afecta indiscriminadamente insectos polinizadores como as abelhas, fundamentais para a biodiversidade.

A empresa responde, numa troca de e-mails, que em mais de 10 anos de experiência não registou nenhum secamento de poços e não acredita que as monoculturas de eucalipto tenham impacto na disponibilidade de água no subsolo. Quanto ao uso de pesticidas, a Portucel afirma que analisa as águas dos rios e córregos próximos às plantações duas vezes por ano para verificar a presença de pesticidas, e até ao momento não houve nenhuma detecção. Além disso, diz a Portucel, o uso de químicos como o thiamethoxam está em conformidade com a legislação moçambicana e segue as recomendações da IFC e os planos internacionais de certificação, excluindo que as plantações tenham impacto sobre a qualidade da água nas comunidades.

“Cada árvore de eucalipto consome entre 30 e 60 litros de água por dia”, afirma Sergio Baffoni, baseando-se em vários estudos internacionais. “Multiplique isso agora por milhões de árvores. E tudo isso para nos encher de lixo

na Europa”, diz, referindo-se ao facto de que, na Europa, as embalagens consomem 50% do papel e 40% do plástico, representando um terço dos resíduos gerados a nível municipal. “Acreditamos que consumir menos



Domingos Patacho, engenheiro ambiental de Quercus, Portugal

equivale a uma vida difícil e triste. Mas não será mais triste comer num prato descartável de papel do que num reutilizável?”, conclui Baffoni, refletindo sobre a substituição do uso de materiais descartáveis originários do petróleo por derivados da celulose, causada indiretamente pela Diretiva Europeia sobre Em-

balagens, fortemente influenciada pelas lobbies dessa indústria para impedir que se incentive o “reuso” de embalagens em detrimento do “descartável”. Uma transição que inevitavelmente envolve importar matérias-primas de outros continentes para satisfazer a demanda de consumo.

Boaventura Monjane é jornalista e académico moçambicano com um forte compromisso com as questões de justiça social. Ele é pesquisador associado no Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies (PLAAS) da Universidade do Western Cape, onde sua pesquisa se concentra em movimentos agrários, política alimentar e justiça climática. Boaventura é co-editor da secção Grassroots Voices no *The Journal of Peasant Studies*.

Juan Maza Calleja é um jornalista multimídia com experiência de trabalho em mais de 30 países na Europa, Oriente Médio, África e Ásia. Ele já viveu em Londres, Berlim, República Democrática do Congo, Bangladesh e Togo. Atualmente, está baseado em Sevilha, na Espanha. Produziu diversos formatos multimídia, incluindo reportagens, documentários e conteúdo para redes sociais para uma ampla gama de organizações, como Deutsche Welle, ARTE, AFP e El País.

Davide Mancini é um jornalista freelancer com foco em questões ambientais e é bolsista da Ocean Reporting Network no Pulitzer Center com o Voxeurop. Ele tem trabalhado em diferentes investigações transfronteiriças sobre incêndios florestais, poluição por plásticos, pesca ilegal e grilagem de terras. É membro fundador do Magma, alumni do Mundus Journalism e ex-bolsista do Knight/VICE Innovator (2016).

Prémio das indústrias culturais e criativas

Honrados os melhores

A cidade de Maputo acolheu, no passado sábado, no Centro Cultural Moçambique-China, a segunda edição do Prémio das Indústrias Culturais e Criativas (PREICC), um evento que distinguiu e reconheceu artistas que contribuíram para a promoção e desenvolvimento das Indústrias Culturais e Criativas em Moçambique.

O destaque desta edição vai para o grupo teatral Mutembela Gogo, vencedora do Prémio Carreira, num total de 11 galardoados. Entre os reconhecidos estão igualmente Twenty Fingers (Música); Festival de Teatro de Inverno (Teatro); Companhia de Dança Montes Namuli (Dança); Justino Cardoso (Artes plásticas); Maning Magic (Cinema e Audiovisual); Mário Macilau (Fotografia); Paulo Chibanga (Gestor Cultural); Mabenna (Moda); Ethale Publishing (Literatura) e José dos Remédios (Jornalismo Cultural). Os premiados foram seleccionados por um júri presidido por Frederico Jamisse, entre os nove membros,



Os galardoados na segunda edição do Prémio das Indústrias Culturais e Criativas

nomeadamente, Victor Mulupata, António Guimarães, Eduardo Lichuge, Sara Jona Laisse, Julietta Mussanhane, Rufus Maculuve, Basílio Muchate e Cândida Bila. Numa cerimónia marcada pelo anúncio e entrega de prémios aos vencedores e momentos culturais, a Ministra da Cultura e Turismo, no seu discurso oficial, destacou que os homenageados são verda-

deiros embaixadores da nossa cultura, cujo talento, criatividade e inovação têm ultrapassado as fronteiras do nosso país, levando a essência de Moçambique ao mundo. Para Eldevina Materula, as suas obras não são apenas criações artísticas, mas verdadeiros testemunhos da nossa história e identidade. “Ao reconhecer o mérito destes artistas, celebramos também a contribui-

ção inestimável que eles têm dado para a preservação do nosso património cultural e para o fortalecimento do tecido social de Moçambique”, acrescentou a governante. Materula sublinhou ainda que com este prémio, “queremos também promover o gosto pela livre criação no seio da juventude moçambicana, estimular e divulgar ações de jovens nacionais na área de cultura, inova-

ção e criação artística, uma plataforma de desenvolvimento multifacetado da juventude moçambicana”. A ministra reafirmou igualmente que este evento é um meio para reconhecer o papel de todos aqueles que, “tal como vós aqui presentes, idealizam, criam, produzem para o seu bem-estar, da sua comunidade e de Moçambique.” Para além do galardão, entregue pelos órgãos máximos do Ministério da Cultura e Turismo, os vencedores desta edição levaram para casa 120 mil meticais cada, como forma de “estimular a produção cultural e a criatividade dos diferentes actores socioculturais”.

O PREICC é uma iniciativa do Ministério da Cultura e Turismo, implementada pelo Instituto Nacional das Indústrias Culturais e Criativas (INICC) e pretende distinguir e reconhecer anualmente artistas, pessoas individuais e colectivas que contribuem para a promoção e para o desenvolvimento das Indústrias Culturais e Criativas em Moçambique.

MECTS acarinha idosos e crianças em Massaca

A MECTS (Mozambique Electronic Cargo Tracking Services, SA Consórcio), que opera em Moçambique, desde 2019, procedeu à entrega, no sábado passado, de donativos ao Centro Luz da Massaca e ao Lar de Idosos, no distrito de Boane, província de Maputo, sul de Moçambique. A acção irá beneficiar cerca de 80 crianças e 22 idosos em situação de vulnerabilidade.

No seu discurso de abertura direccionada a crianças e idosos, Joaquim Mugabe, Administrador-Delegado da MECTS, reafirmou o compromisso e a responsabilidade da empresa com a comunidade nesta época natalícia.

“Este momento não é apenas um acto de solidariedade; é uma expressão genuína do nosso reconhecimento de que fazemos parte de uma comunidade maior. Cada um de nós desempenha um papel no fortalecimento do tecido social”, destacou. O donativo incluí materiais de higiene, alimentos básicos e kits escolares. Entre os itens destacam-se produtos de higiene, como detergentes e artigos de



Cerca de 80 crianças e 22 idosos recebem apoio da MECTS

higiene pessoal. Os kits escolares, direccionados a cerca de 80 crianças, são compostos por pastas, cadernos, canetas, lápis, borrachas e afiadores. A cesta básica inclui alimentos variados, como arroz, farinha, massas, açúcar, feijão, frango, óleo e enlatados, com o objectivo de promover uma alimentação saudável e nutritiva. Segundo Mugabe, este momento simboliza mais do que o forneci-

mento de bens materiais. “Assim, sentimos que é nosso dever não apenas oferecer serviços e soluções tecnológicas, mas também retribuir, partilhando com as comunidades o que temos de melhor”, frisou. Para Mugabe, trata-se de uma oportunidade de educar sobre o amor ao próximo e a importância de servir a sociedade. “Queremos transmitir a mensagem

de que cada acto de solidariedade tem o poder de transformar vidas, de quem dá como de quem recebe”, afirmou. Localizado no distrito de Boane, o Centro Luz da Massaca acolhe cerca de 80 crianças, em situação de vulnerabilidade, das quais 44 são do sexo masculino e 36 do sexo feminino. Já o Lar dos Idosos de Massaca acolhe 22 idosos, dos quais 14 são do sexo feminino e 8 masculino.

Mugabe aproveitou a ocasião para reconhecer o trabalho dos colaboradores que dedicam as suas vidas a cuidar dos mais vulneráveis, afirmando que, “vós são uma inspiração para todos nós”. De salientar que a MECTS trabalha na selagem electrónica e no rastreio de carga em trânsito, com o objectivo de reduzir o contrabando e o desfalque.

.Em Junho de 2019, a Autoridade Tributária (AT) rubricou um contrato de Concessão para Instalação e Operacionalização do Sistema Electrónico de Selagem e Rastreio de Carga (SEERC) com MECTS. Trata-se de um serviço que permite a Selagem e Rastreio de Carga em Trânsito em todo o território nacional, visando, entre outras acções, o combate ao contrabando e outras formas de fraude fiscal, que no caso em apreço se manifestam através de simulação de falso trânsito.

As autoridades acreditam que com a introdução da selagem de mercadorias em trânsito no país, o Estado vai assegurar maior incremento na arrecadação de receitas vindas de impostos do comércio externo.

(Cleto Duarte)

BIM oferece um “Natal Solidário”

O Millennium bim irá realizar, ao longo do mês de Dezembro, o Natal Solidário a nível nacional, uma acção que, segundo uma nota daquela instituição bancária, reflecte o compromisso do banco em apoiar as comunidades moçambicanas mais necessitadas.

A iniciativa contará com a participação activa de colaboradores voluntários, na visita a 20 entidades, entre instituições de acolhimento, hospitais e orfanatos.

O evento faz parte do programa de responsabilidade social do Millennium bim “Mais Moçambique pra Mim”, que tem no seu programa anual acções de impacto social em diversas áreas, sendo o Natal Solidário uma forma de contribuir para um momento mais acolhedor para os mais necessitados durante a quadra natalícia.



Ao longo do mês de Dezembro o Millennium bim irá se dedicar ao Natal Solidário

“Não contribuimos apenas para o desenvolvimento financeiro de Moçambique, mas também assumimos a responsabilidade de apoiar as comunidades que servimos em momentos de necessidade. O Natal Solidário é mais do que um gesto de solidariedade, é um compromisso de levar esperança, alegria e conforto a quem mais precisa, reforçando o nosso papel social em todo o território nacional”, assinalou Moisés Jorge, Presidente do Conselho de Administração do Millennium bim.

Com esta iniciativa, o Millennium bim salienta que reafirma a sua presença activa em todo o país, demonstrando que o impacto positivo do banco vai além do sector financeiro, promovendo um Moçambique mais solidário e inclusivo.

“Parceiros Humanitário” mobilizam apoios

Uma Plataforma, denominada “Parceiros Humanitários”, composta pelas organizações internacionais World Vision Moçambique, Plan International, ADRA e CARE tenciona assistir mais de 100 mil pessoas afectadas pelo ciclone Chido nas províncias de Cabo Delgado e Nampula, no norte de Moçambique.

Para o efeito, a plataforma necessita de assegurar cerca de 18 milhões de dólares para viabilizar intervenções em alimentação, abrigo, água, saneamento e higiene, bem como protecção.

Pelo menos 45 pessoas perderam a vida, 493 ficaram feridas e mais de 181.554 foram afectadas pelo ciclone. Espera-se que estes números aumentem à medida que as avaliações continuam.

“Esta conjugação de esforços não é nova e tem como objectivo fortalecer a nossa capacidade de responder às necessidades das comunidades que servimos”, afirmou Carolina da Silva, Directora Nacional da World Vision Moçambique.

Por sua vez, Katia dos Santos Dias, Directora Nacional da CARE Moçambique, destacou que é urgente que o apoio chegue o quanto antes, tendo em conta a aproximação da época chuvosa e o facto de muitas destas comunidades já se encontrarem em situações de grande fragilidade devido ao conflito armado e à insegurança alimentar.

Existe ainda o receio de surtos de cólera e outras doenças de origem hídrica devido à degradação das já precárias condições de higiene e saneamento.

Espera-se que esta acção conjunta contribua para mitigar o impacto do ciclone Chido, agravado pela insegurança alimentar crónica e pelo conflito armado, que afecta parte da região norte do país desde 2017.

Os membros da plataforma têm operações nos distritos mais afectados pelo ciclone, nomeadamente Memba e Eráti na província de Nampula, e Chiúre, Metuge e Mecúfi na província de Cabo Delgado. As medidas mais imediatas incluem a distribuição de tendas, utensílios de cozinha e purificadores de água às comunidades afectadas.



Ciclone Chido arrasou parte dos distritos de Cabo Delgado e Nampula

Nacala Logistics apoia formação de Pilotos de Barra

A Nacala Logistics, em parceria com a Escola Superior de Ciências Náuticas, investiu cerca de 17 milhões de meticais, na formação de Pilotos de Barra de Classe D, uma iniciativa que visa atender à crescente demanda por profissionais moçambicanos especializados na área marítima-portuária.

A acção tem igualmente o objectivo de contribuir para que, a médio e longo prazo, os Portos Nacionais não tenham défice desta categoria de profissionais.

O curso, que iniciou em 2020, contando com 14 participantes, foi concluído na, semana passada, com a entrega dos diplomas aos seis pilotos finalistas, devidamente aprovados e certificados pelo Governo de Moçambique através do INTRASMAR.

O evento de encerramento ocorreu no Terminal Portuário Multiusuário de Nacala-à-Velha e contou com a presença de líderes e colaboradores da Nacala Logistics.

Durante a cerimónia, Octávio Beltrão, um dos pilotos formados, expressou sua satisfação, afirmando que “este é um dia de grande conquista profissional. Agradecemos profundamente à Nacala Logistics por confiar no nosso potencial e investir no nosso crescimento. Estamos motivados a contribuir para o fortalecimento do setor marítimo e investir no nosso crescimento. Estamos motivados a contribuir para o fortalecimento do setor marítimo e investir no nosso crescimento. Estamos motivados a contribuir para o fortalecimento do setor marítimo e investir no nosso crescimento.” Por sua vez, Sérgio Paunde, representante da Nacala Logistics, definiu a conclusão do projeto como “a materialização de um sonho”, destacando que, com esse investimento, a Nacala Logistics pretende suprir a falta de pilotos de barra no mercado nacional e fortalecer o setor logístico-portuário do país, assegurando uma força de trabalho altamente capacitada e nacional, que contribua para o desenvolvimento de Moçambique. Embora a participação na formação tenha sido predominantemente masculina, o grupo de finalistas contou com a presença de uma mulher, o que

representa um avanço para o crescimento de uma classe profissional relevante, com oportunidades de desenvolvimento no país. Esta é a primeira formação em que todos os intervenientes da cadeia de formação são moçambicanos.

Os pilotos recém-formados foram integrados no quadro de profissionais da empresa. Com essa qualificação, passarão a oferecer assessoria técnica aos comandantes de navios, assegurando que as manobras de entrada, saída e movimentação interna do porto sejam realizadas com altos níveis de segurança e eficiência.

A Nacala Logistics é responsável pela gestão e operação do sistema ferro-portuário de mais de 1600 Km, fazendo a logística de carvão, carga geral e transporte de passageiros. Representa as empresas do Corredor de Nacala, nomeadamente, Corredor do Desenvolvimento do Norte (CDN), Corredor Logístico Integrado de Nacala (CLN) e Central EAST African Railways (CEAR).



Pilotos de Barra recentemente formados com o apoio da Nacala Logistics

MultiChoice lança DStv via Stream

Uma nova forma de desfrutar o melhor do desporto e entretenimento!

Reconhecida por trazer entretenimento aos lares em todo o país, a MultiChoice está a expandir a sua oferta online, ao introduzir o DVS (DStv via Stream) para os clientes DStv em Moçambique. Um serviço de subscrição por via de streaming onde a antena, o decodificador, cabos ou instalação não são necessários. O Cliente subscreve aos pacotes DStv por via da internet para assistir aos conteúdos via streaming. O cliente que quiser adquirir o serviço DStv, não precisa mais comprar o kit, basta que se registe ao DStv Streaming (DVS) na página web da DStv – www.dstv.com, escolha o pacote e pague a subscrição mensal para aceder a antes acessíveis somente através do decoder. Para se ser usuário do serviço DStv Streaming (DVS) é necessário a disponibilidade de um serviço de internet confiável e estável para poder ter acesso sem distúrbios de visualização do conteúdo da DStv, que pode ser assistido através do televisor, tablet ou telemóvel.

“Não é segredo que cada vez mais pessoas estão a optar por serviços de streaming para aproveitar entretenimento ininterrupto, sem a interferência de mensagens comerciais e anúncios publicitários. O DVS (DStv via Stream) é mais uma forma pela qual a MultiChoice continua a inovar, à medida que evolui com os seus públicos e as suas necessidades de visualização,” disse Agnelo Laice, Director Geral da MultiChoice Moçambique. A nova funcionalidade permite aos telespectadores assistirem aos seus programas favoritos e outros conteúdos no televisor em casa, em dispositivos eletrónicos, mantendo-os conectados a qualquer momento e em qualquer lugar sem instalação e o cliente continua a ter a mesma experiência de visualização que tem na transmissão habitual no tradicional decodificador.

Agnelo Laice reitera: “Talvez se recordem de que o DStv foi oficialmente lançado em Moçambique a em 1996, e agora, com a introdução do DStv via Stream, os clientes poderão desfrutar de um excelente serviço online. O que impulsiona a nossa inovação é poder oferecer aos clientes o conteúdo que adoram, da forma que melhor se adequa a eles. Sendo a casa do melhor desporto e entretenimento, continuaremos a oferecer um valor e uma escolha incomparáveis para os nossos clientes”. Ele acrescenta: “O DStv Stream é um serviço on-

line que permitirá a todos os clientes DStv subscreverem e aproveitarem o nosso conteúdo em qualquer lugar e a qualquer momento tendo apenas que ter acesso a uma internet segura e estável para aceder ao serviço. O lançamento do DVS (DStv via Stream) permitirá expandir a nossa oferta online e trazer mais entreteni-

mento de qualidade para mais perto dos clientes. Lembrar que os clientes existentes que quiserem mudar do tradicional decodificador para o Streaming estão livres de o fazer, podendo manter ambas opções ou então desligar o decodificador e usar apenas a DStv transmitida via Streaming com o inovador DVS”.

Onde quer que vá, estamos consigo.



Habilite-se a ganhar uma viagem de 7 noites ao Dubai, três smartphones iPhone 15 e 5 prémios em dinheiro até 195.000 MZN.

Transaccione um mínimo de 15.000 MZN por mês para ser elegível aos sorteios mensais.

Faça um upgrade do seu cartão, duplique as suas chances de ganhar e receba mais pontos.

Condições de acesso: Titularidade de uma conta de Depósito à Ordem em meticais no Millennium bim; Não ter registo de incidentes; Capacidade de endividamento; Custos associados (Cartão de Crédito Gold): Emissão normal - Grátis; Anuidades - 1.500 MZN; Substituição - 700 MZN; Taxa de Juro Anual: 36%; Comissão de Cash Advance: 5% (Mín. 250 MZN); E-commerce: Grátis; Consulta de saldo sem impressão no país: Grátis; Consulta de saldo com impressão fora do país: primeiras duas por mês: Grátis, subsequentes: 6 MZN; Consulta de saldo no estrangeiro: 40 MZN. Taxa de juro aplicáveis sobre o saldo em dívida (revolving) - Simulação: Montante de revolving: 50.000 MZN; Taxa de Juro Anual: 36%; Taxa de Juro Anual Efectiva Global: 48.60%. Termos e condições aplicáveis. Mais informação consulte o regulamento da campanha no website ou num Balcão do Millennium bim. Data de validade da campanha 31 de Dezembro de 2024.

VISA

Millennium
bim

aqui consigo

EDITORIAL



Se as discrepâncias favorecem sempre o mesmo lado, o problema é do próprio Conselho Constitucional

Depois de uma épica jornada de quase 60 dias, lá veio finalmente o Conselho Constitucional anunciar o seu veredicto, confirmando a vitória da Frelimo e do seu candidato presidencial, Daniel Francisco Chapo.

É uma vitória que vale mais pela sua proclamação e validação por um órgão do Estado legalmente investido de poderes para tal, do que necessariamente pela sua legitimidade e capacidade de reflectir, fielmente, a vontade dos eleitores.

A redução dos assentos da Frelimo na Assembleia da República em 12,3%, e a percentagem de votos atribuídos a Chapo em 5,3 pontos, em relação aos resultados inicialmente anunciados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) no dia 24 de Outubro, é tão substancial, que seria uma grande ingenuidade atribuí-los a um trabalho bastante rigoroso do Conselho Constitucional em busca da verdadeira vontade eleitoral.

Como já foi dito aqui em várias ocasiões, para serem aceites pela generalidade dos eleitores e do público em geral, as eleições devem ser credíveis; uma credibilidade que deve resultar do facto de elas terem sido organizadas de forma ordeira, profissional e transparente. Ora, como tem sido tradição em Moçambique, com particular destaque para as eleições gerais de 2019 e autárquicas de 2023, nestas últimas, o elemento credibilidade tornou-se notável pela sua ausência.

É importante recordar que nas eleições de 2019, em particular, a província de Gaza havia ganho mais nove mandatos para a Assembleia da República, por conta de um recenseamento eleitoral que foi fortemente questionado até mesmo pelo próprio Instituto Nacional de Estatísticas (INE), a mais alta autoridade nacional em matéria de estatísticas. Nesta última eleição, inexplicavelmente, a mesma província perdeu quatro dos seus 22 assentos para ficar com 18. Num sistema menos opaco, estas acentuadas oscilações teriam de ser explicadas cientificamente.

Este exemplo é importante para demonstrar o quão difícil é dar credibilidade às eleições moçambicanas, sendo que a violência generalizada que se verifica por todo o país deve ser entendida como resultado deste processo eleitoral deliberadamente concebido para não ser credível. A responsabilidade por esta violência deve ser assacada directamente aos mentores destas fraudes, que levam os eleitores a entenderem que os seus votos não são respeitados, e que aquilo que não conseguem pelo meio do seu voto vão obter através da violência. Os mentores da fraude são os autores morais de todas as mortes e destruição de bens resultantes desta onda de violência. Trata-se dos políticos que interferem no trabalho das instituições de administração eleitoral, dando-lhes ordens ilegais para viciar o processo eleitoral. Aqueles funcionários eleitorais que desviam boletins de voto à sua guarda e os distribuem por comissários políticos que depois se encarregam de os preencher previamente, antes de circular de mesa em mesa, à procura da melhor oportunidade para os introduzir nas urnas.

A questão das eleições não é se elas são ganhas por A ou B; é como quem as ganha consegue demonstrar que ganhou num processo transparente, onde todos os outros concorrentes foram tratados por igual, com base em regras que têm o seu respaldo na lei. É no rigor deste teste que as eleições moçambicanas fraquejam miseravelmente. O Conselho Constitucional pode dizer que as discrepâncias verificadas não são suficientes para influenciar substancialmente os resultados eleitorais. Só que, se de forma sistemática e invariável, essas discrepâncias favorecem sempre o mesmo lado, quem deixa de ter credibilidade (e isto é muito triste) é o próprio Conselho Constitucional. Isso significa demérito para cada um daqueles sete juízes conselheiros.

Cartoon



RDC a “fava na sua torta de Apple” deste Natal!

Por Raúl M. Braga Pires*

Se vai oferecer algum produto Apple este Natal, fique sabendo que a República Democrática do Congo (RDC), decidiu iniciar “bombardeamento jurídico” este Dezembro à gigante Apple! Porquê? Porque acusa-a de ser a beneficiária final dos múltiplos conflitos e escaramuças no leste do país, coutada rica nos chamados 3TG, *tin*, *tungsten*, *tantalum* e *gold* (estanho, tungsténio, tântalo e ouro), redundando em 30 anos de guerra.

O esquema é “simples”, envolvendo cerca de 200 grupos armados! Estes atacam/ocupam as minas, obrigam os trabalhadores a garimparem, assim mesmo, como quem garimpa, não pagam e ficam com o saque do dia ou da semana. Outra prática são os ataques nas rotas de transporte destas matérias-primas. O destino destes “minérios de sangue” é o Ruanda, a partir de onde são exportados legalmente para França e Bélgica, entretanto já

comprados pela “Maçã Gigante”!

São estas as sucursais agora perseguidas judicialmente pelo Estado soberano República Democrática do Congo. As provas da compra dos minérios existem, recaindo a dúvida sobre o envolvimento da tecnológica no financiamento de algum(ns) destes 200 que se disputam e, por vezes, até parecem alternar coordenadamente os ataques!

Para que não restem dúvidas sobre a importância dos 3TG, o tântalo é usado/transformado enquanto capacitador que armazena a energia eléctrica nos telemóveis, computadores e turbinas de jatos; o estanho é usado em partes automóveis e conservas/alimentícia; o tungsténio é utilizado no fabrico automóvel e ferramentas de corte, sendo também o elemento-chave nas lâmpadas; o ouro, é o ouro, mas também importante na electrónica dos portáteis, telefones e computadores.

Espero não lhe ter estragado os

planos, ou mesmo o Natal, mas quem se preocupa com a vaselina que se coloca nos olhos dos bezerros antes das garraíadas, não pode ficar, em 2024, indiferente a esta “carne-moída” que embrulhamos a escarlata e oferecemos na alegria da indiferença. Agora, ao menos já sabe!

Ainda na RDC, noutra assunto, mas continuando no registo informativo, um *ferry* naufragou [no passado dia 20] no Rio Busira, registando-se até às 15.00 horas de Lisboa [17 horas de Maputo] 38 mortos e mais de 100 desaparecidos!

O Congo tem tudo, incluindo Natal, o motivo desta provável sobrelotação de transporte. Um lamento profundo por este “pacote de atropelos” que nunca vem só, desejando a todos/as um Natal à antiga, com relógios de corda, fantoches-de-peúgas e jogos de mesa, daqueles para toda a família! (dn.pt)

* *Político/Arabista*

SAVANA

INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE

Registado sob número 007/RRA/DNI/93
NUIIT: 400109001
Maputo-República de Moçambique

Propriedade da
mediacoop SA

Direcção, Redacção e Administração:
AV. Amílcar Cabral nr. 1049 cp 73

Telefones:
(+258)21301737,823171100,
843171100

KOK NAM
Director Emérito
Conselho de Administração:
Nídia Chiziane (presidente)
António Gumende
Alves Gomes

Director Editorial:
Fernando Gonçalves
editorsav@savana.co.mz

Editor Executivo:
Francisco Carmona
(franciscocarmona@savana.co.mz)

Redacção:
Raúl Senda, Arginaldo Nhampossa e
Armando Nhamumbo

Fotografia:
Ilec Vilanculos

Colaboradores Permanentes:
Fernando Manuel, Ivone Soares, Luís
Guevane, e Paulo Mubalo (Desporto)

Colaboradores:
André Catueira (Manica)

Maquetização:
Auscêncio Machavane e
Elton Mahumane.
Revisão
Américo Pacule

Publicidade
Benvinda Tamele (82 3171100)
(benvinda.tamele@savana.co.mz)

Distribuição:
Miguel Bila
(824576190 / 840135281)
(miguel.bila@savana.co.mz)
(incluindo via e-mail e PDF)
Fax: +258 21302402 (Redacção)
82 3051790 (Publicidade/Directo)

Delegação da Beira
Prédio Aruanga, nº 32 – 1º andar, A
Telefone: (+258) 82 / 843171100
savana@savana.co.mz
Redacção
admc@savana.co.mz
Administração
www.savana.co.mz

Os estatutos da fome e os espelhos do Palácio

Por Rafael Marques de Morais*

Enquanto o país se afunda sob a liderança do MPLA, o partido realizou um congresso extraordinário, de 16 a 17 de Dezembro passado, para mudar estatutos e algumas pessoas, bem como para reforçar o poder daqueles que presidem à incompetência, ao desbaratamento das riquezas e ao descalabro social. Poderia ter sido um congresso extraordinário para discutir soluções necessárias para inverter a calamitosa situação socioeconómica do país e o desespero dos angolanos. Porém, do congresso não saiu nenhuma recomendação para um plano de emergência que gere empregos e ponha o povo a trabalhar de forma condigna e a contribuir para a criação de rendimento. Nem uma ideia nova, muito menos um programa partidário adequado ao tempo presente e preparado para o futuro. Apenas se falou de pessoas e de cargos, sobretudo de pessoas que já provaram a sua incompetência noutras funções e que por isso são promovidas.

É o MPLA que governa. É o MPLA que ignora o povo e destrói o futuro dos angolanos.

Perante o que se fez neste congresso extraordinário, perguntamos: e agora, o povo vai-se alimentar dos novos estatutos do MPLA?; e agora, a juventude vai encontrar empregos nos novos estatutos do MPLA?; e agora, haverá juízo no governo por causa dos ajustes nos estatutos do MPLA? Afinal, o que é o MPLA, para que serve e a quem serve? Para que servem os novos estatutos?

No Palácio Presidencial deve haver muitos espelhos. O que será que, sempre que se olha ao espelho, o presidente João Lourenço vê? O que pensa que está a fazer? Esta mesma pergunta deve ser feita a cada um dos membros do Comité Central do MPLA, do governo, dos serviços de defesa e segurança e da administração pública do Estado.

Quando se olham ao espelho, todos eles se devem questionar sobre as suas acções enquanto cidadãos incumbidos de dirigir a vida de milhões de angolanos. O que estão a fazer? E como?

Do congresso extraordinário, não saíram reformas para a democratização interna do MPLA. Assim, por exemplo, continuam a não existir normas que rejam as candidaturas à presidência do MPLA. Se um militante quiser candidatar-se à Presidência da República, como deve proceder? Não se sabe. Aparentemente, na prática, deve pedir uma audiência ao actual presidente da República, o que, como é por demais evidente, não faz sentido algum.

A actual destabilização do MPLA é, efectivamente, a destabilização da República, porque o MPLA é o único partido que governa Angola desde a independência, há quase 50 anos.

Não se aproveitou a ocasião para colocar sobre a mesa um plano de emergência que permita aplicar os fundos, que até hoje têm sido largamente desperdiçados, para sair da crise económica, para reformar a administração do Estado e da justiça, e para reorganizar as instituições do Estado. O MPLA pretende, portanto, continuar a governar à revelia do bem comum.

No final, foi todo um espectáculo de

João sobre Lourenço, presidente da República e do MPLA, com centenas de marionetes a baterem palmas. Foi apenas uma feira de vaidades, sob o lema da renovação dos estatutos.

Os cidadãos comuns também devem olhar-se ao espelho e colocar-se algumas questões. Muitos, infelizmente, não têm sequer um espelho. Todos devem, porém, perguntar-se a perguntar aos seus familiares e amigos o que vêm neles e porque se deixam governar assim. Qual é o papel de cada um de nós, enquanto cidadãos, na construção ou destruição da vida dos angolanos e de Angola?

Mas porquê esta imagem dos espelhos? A verdade é que continuamos a ser governados pela vaidade e pela casmurrice. Por isso, não há nem haverá condições para um terceiro mandato. João Lourenço sai do poder em 2027. Logo, sem o poder da Presidência da República e dos instrumentos de poder e coacção legal que esta função implica, qualquer outra mancomunação de controlo do poder por via partidária ou ama-seca é pura ilusão.

Porquê? Depois de 38 anos de controlo do poder por José Eduardo dos Santos, João Lourenço – que foi o seu sucessor escolhido a dedo – tinha a obrigação de ser criativo e reformista para mudar o país. Tinha de ganhar a confiança dos cidadãos e dos sectores estratégicos e, por mérito próprio, orquestrar a extensão do seu mandato ou poder. Em sete anos de presidência, o seu carácter anti-reformista e a sua falta de criatividade política são indizíveis. Piorou o que já estava mal.

Mesmo um regime autoritário como o angolano exige algum nível de competência, organização e sofisticação. Ao longo da história, houve regimes autoritários que tiveram resultados positivos, sobretudo para acelerar o desenvolvimento de um país. Em Angola, porém, nada foi acelerado a não ser a pilhagem, a miséria e a fome.

Os factores políticos e institucionais Primeiro, por causa dos factores políticos e institucionais. Por falta de uma orientação política clara, o presidente tem confundido e alienado as bases e as estruturas intermédias e de comando do MPLA. E tem colidido com as bases de apoio do MPLA, destruindo-as e substituindo-as por discursos vazios e práticas nocivas. As recentes eleições no congresso da Juventude do MPLA (JMPLA), em que houve mais votos do que eleitores, é o último exemplo de como Lourenço abraça as suspeitas de fraude grosseira dentro do próprio MPLA e a sua veia antidemocrática.

Tem enfraquecido cada vez mais as instituições da administração pública com contradições absurdas. O seu anunciado combate à corrupção é um bom exemplo disso mesmo, tendo-se instrumentalizado o sistema judicial, ele próprio alvo de suspeitas de venalidade – ou seja, de corrupção. Enquanto isso, Lourenço parece promover abertamente a captura do Estado pela sua *entourage*. Esta é a espada de Dâmocles sobre Lourenço.

Ouvidos de mercador

Em segundo lugar, temos a situação socioeconómica do país. A este res-

peito pode dizer-se que houve um retrocesso de cerca de 30 anos. É este, aliás, a principal causa da extrema impopularidade do presidente Lourenço e da consolidação do descontentamento da população contra o poder do MPLA, incluindo de milhares de militantes, que também são afectados pelo desemprego e flagelados pela fome.

“O país está, portanto, perante uma situação muito grave. O descalabro social é evidente, a pobreza das populações é extrema, o desespero começa a invadir muitos corações. É o momento da verdade. Os que falharam devem assumir modestamente os seus erros” – eis as palavras de José Eduardo dos Santos na sua mensagem à nação, em 1996.

Dos Santos atribuiu o descalabro social, “em grande medida, à aplicação de programas económicos que redundam inevitavelmente numa grave inflação permanente, que implicam uma redução contínua dos salários reais e de que resulta o quase completo abandono das funções sociais do Estado e a destruição da administração pública”.

“Dito noutras palavras e de forma clara: estamos perante o colapso efectivo e total da actual filosofia básica de actuação no domínio económico [...] e da própria actividade governativa”, disse nessa altura JES. Infelizmente, o mesmo se aplica hoje como uma luva ao governo de Lourenço.

Por reconhecer o que estava mal, José Eduardo dos Santos afastou muitos dos governantes por incompetência. Os mesmos que hoje pontificam no governo de Lourenço, nomeadamente o actual ministro de Estado da Economia, José de Lima Massano.

Como se tem dito, a população é o melhor barómetro para aferir o desempenho do governo. Quais são as medidas adoptadas pela equipa económica que claramente servem os interesses da população? Quais têm sido os benefícios e as consequências das políticas económicas de Lourenço para a maioria dos angolanos?

Os rendimentos da absoluta maioria das famílias angolanas continuam e continuarão a cair com o aumento dos custos da economia de compadrio solidificada pelo governo de Lourenço. A economia de compadrio assenta na captura das receitas e dos recursos do Estado por grupos de interesses instalados no poder, que os utilizam para realizar outras vidas no exterior do país. A equipa económica apenas responde aos interesses do presidente, cuja visão para o bem comum dos angolanos parece ser nula.

Temos uma política orçamental inflacionista, com o Orçamento Geral do Estado a gastar mais do que arrecada, estimulando a desvalorização do kwanza. O intervencionismo absoluto e incoerente do governo na economia tem levado o sector empresarial privado à ruína. Prosperam apenas os que fazem parte do circuito fechado do poder.

O presidente e José de Lima Massano – actual piloto do falhanço económico – mostram-se totalmente indisponíveis para ouvir. Enquanto isso, bombardeiam a sociedade com números e floreios que não reflectem as realidades das famílias e dos agentes económicos.

Ou seja, como diz o povo, Angola é

Lunda: tão-somente um local de extracção de riqueza e empobrecimento satânico das comunidades nela radicadas.

A militarização do poder

Para o sucesso de um regime autoritário, a lealdade e a organização das forças castrenses é fundamental: é preciso impor o medo e usar de medidas repressivas – como a intimidação, as detenções e a violência contra as vozes discordantes – para manter o poder.

Todavia, a sua gestão das forças de defesa e segurança levada a cabo por João Lourenço parece pautar-se pela arbitrariedade, a desestruturação e a consequente instabilidade e insegurança, o que elimina qualquer sentido de lealdade que pudesse existir em relação à sua pessoa.

A confusão começa no topo da hierarquia, com os profissionais de carreira. Exemplificamos.

No dia 3 de Março de 2018, o procurador-geral da República, general Hélder Pitta-Groz, deslocou-se ao gabinete do então chefe de Estado – Maior das FAA, general Geraldo Sachipengo Nunda, para exigir a sua autodemissão, numa cabala que o posicionava como suspeito de envolvimento na “burla tailandesa”. Nunda recusou-se, João Lourenço exonerou-o. A seguir, Nunda foi ilibado da suspeita de associação criminosa, entre outros crimes, como inicialmente a PGR o acusara. O general Nunda era uma figura muito respeitada quer pela nomenclatura, quer pelos oficiais subalternos e soldados das FAA.

Na polícia, deu-se o caso do comandante-geral da Polícia Nacional, comissário Paulo de Almeida. A 17 de Janeiro de 2022, o comandante participava na Reunião Interministerial de Defesa e Segurança dos países da África Central, em Brazzaville, por ordem do presidente João Lourenço. A Presidência telefonou-lhe a meio da reunião para lhe comunicar que acabava de ser exonerado e tinha de abandonar a sala e regressar ao país. A mesma sorte coube ao general Eugénio Laborinho, a 31 de Outubro passado. Soube da sua exoneração do cargo de ministro do Interior através das redes sociais, quando se encontrava em tratamento médico no exterior do país, sob autorização do comandante-chefe. Laborinho era um dos seus cabos mais leais, mas foi fustigado por uma campanha pública palaciana que o associou ao “contrabando de combustíveis”. Até agora, contudo, as autoridades judiciais mantêm silêncio sobre o assunto.

O sucessor de Paulo de Almeida, o comissário-geral Arnaldo Carlos, cumpriu menos de três dos quatro anos do seu mandato e foi “pontapeado” para o cargo inferior de secretário de Estado do Interior, a 8 de Novembro passado.

Por fim, mas não menos importante, os militares queixam-se cada vez mais de fome – não lhe é sequer assegurada a alimentação. Também denunciam as condições sub-humanas de acomodação nos quartéis, a falta de meios de higienização pessoal e de equipamentos. Há uma desmoralização generalizada; engrossam as fileiras de descontentes, e há dezenas de generais a serem desmobilizados sem que recebam compensação condigna

pelos anos de sacrifício que dedicaram à pátria.

A personalidade de Lourenço

Além das questões acima mencionadas, outro aspecto relevante e impeditivo da continuidade directa ou indirecta de Lourenço no poder, para lá do mandato constitucional de 2027, é a sua personalidade.

A sua forma básica e impreparada de actuação gerou um governo desavindo, um MPLA sem cabeça e a insegurança nas forças de defesa e segurança – o que gera instabilidade política e põe em risco o processo de democratização.

Devido às falsas promessas, às injustiças aberrantes e à falta de empatia para com o sofrimento da maioria, Lourenço alimenta um clima de hostilidade entre a população, quer em relação à sua pessoa, quer em relação aos que o rodeiam.

Além disso, neste momento, Lourenço não reúne um único dos três principais requisitos para ser um líder autoritário por mérito próprio, após o termo do seu mandato em 2027: o carisma, o populismo e a manipulação das reivindicações sociais de forma a inspirar devoção e lealdade.

Carisma não tem nenhum. Tentou o populismo, com o seu discurso de luta contra a corrupção. Fê-lo, porém, sem ter reformado nem organizado a administração do Estado. Agiu sem elaborar um plano de dignificação do funcionário público que permitisse moralizar tornar o Estado eficiente, através da competência, da meritocracia e de salários adequados à realidade. Resultado: actualmente, a administração do Estado terá voltado a ser sinónimo de corrupção, a lei que nos governa no quotidiano. Lourenço fez ainda pior, quando, aparentemente, instrumentalizo um poder judicial conspurcado pelas suspeitas de corrupção ao seu mais alto nível. Ter-se-á enredado na captura do Estado. Ignorou o povo e os seus lamentos. As suas intervenções públicas já não comovem ninguém, provavelmente nem sequer a si próprio. Quanto à manipulação das reivindicações sociais, neste momento, nem sequer a oposição representada no parlamento consegue fazê-lo, tal a sua apatia.

Lourenço sedimentou aquilo que José Eduardo dos Santos desabafou na reunião do Bureau Político do MPLA, em 1996: “Houve mesmo um abandono das funções sociais do Estado, o que criou a opinião de que o governo é insensível aos gritantes problemas sociais [...]”.

Portanto, o presidente tem apenas tempo para preparar uma transição que lhe permita entregar a presidência e os comandos do MPLA à escolha democrática do povo e dos militantes deste partido. Tem de implementar reformas institucionais e constitucionais que permitam organizar e entregar, de forma ordenada, uma administração pública e de justiça e forças de defesa e segurança comprometidas com o bem comum. Este é o acto patriótico, de redenção e de consideração para com o povo angolano que se espera de Lourenço e que lhe poderá garantir segurança e tranquilidade, assim como a estabilidade da nação. Tudo o resto é confusão. Boas festas!

Um acórdão que confirma a Freliminização da justiça



Por Boaventura Monjane*

O país encontra-se mergulhado numa crise pós-eleitoral que expõe, mais uma vez, a fragilidade das suas instituições democráticas. O Conselho Constitucional (CC), que deveria ser o bastião da legalidade e da vontade popular, decidiu validar resultados manifestamente fraudulentos, ignorando provas abundantes, muitas delas citadas no seu próprio acórdão. Cartões de eleitores e boletins de voto encontrados em sedes da Frelimo e residências de secretários de bairros são apenas algumas das evidências que demonstram a gravidade da fraude.

Ao optar por esta validação, o CC perdeu uma oportunidade histórica de restaurar a confiança do povo moçambicano nas instituições do Estado e comprometeu-se com a perpetuação da hegemonia da Frelimo. Este acto irresponsável agravou ainda mais a insatisfação popular e debilita um país já devastado pela pobreza, desigualdade e corrupção institucional.

A presidente do Conselho Constitucional sustentou a validação dos resultados na “verdade” apresentada pela Comissão Nacional de Eleições, ignorando provas de fraude e descredibilizando o próprio órgão. Esta decisão desmoraliza os cidadãos que acreditaram nos mecanismos institu-

cionais para fazer valer os seus direitos. Ademais, demonstra a incapacidade do chamado “rightful resistance”, uma forma de resistência que utiliza meios legais e institucionais, em um contexto de instituições frágeis e dominadas pela hegemonia partidária.

A ocupação das ruas tornou-se, então, o último recurso do povo para reivindicar a sua soberania e dignidade. No entanto, a repressão violenta por parte do Estado demonstra que a Frelimo não pretende ceder à vontade popular. Antes, parece determinada a consolidar a sua hegemonia, mesmo que à custa de vidas humanas e da erosão de direitos fundamentais.

Como justificar que um povo esmagado pela pobreza, pelo analfabetismo e pela falta de condições básicas continue a “eleger” o mesmo partido que o oprime? Num cenário tão desolador, é altamente improvável que o povo tenha concedido uma vitória esmagadora à Frelimo, atribuindo-lhe quase 70% dos votos e a maioria parlamentar. Este resultado desafia qualquer lógica racional ou matemática. As pessoas não são ignorantes e têm todo o direito de questionar este processo.

Se a resistência popular for esmagada, como indica o histórico de repressão da

Frelimo, as consequências serão ainda mais graves. Seguir-se-á um período de perseguições e assassinatos de opositores, activistas da sociedade civil, jornalistas e intelectuais críticos. Este será um esforço de consolidar o controlo através do medo e da intimidação, ao mesmo tempo que tenta recuperar alguma legitimidade aparente. Num país onde a pobreza extrema, a degradação das infraestruturas e a falta de perspectivas para a juventude são a norma, a repressão apenas agravaria as divisões sociais. Parafraseando Samora Machel, um leão libertado da sua jaula torna-se ainda mais mortal, mas a repressão violenta apenas alimentará a raiva e a revolta.

Neste contexto, é urgente que a comunidade internacional, movimentos sociais e organizações da sociedade civil unam esforços para apoiar o povo moçambicano na sua luta por justiça e dignidade. A solidariedade não pode ser apenas simbólica; deve traduzir-se em apoio concreto àqueles que resistem e denunciam as injustiças. A grande ironia reside na percepção contraditória da Frelimo. Internacionalmente, ainda é vista como um partido socialista, merecedor de apoio por parte de movimentos e partidos comunistas. Internamente, é acusada pela oposição de ser

comunista e, por isso, alvo a combater. A realidade, porém, é outra: a Frelimo é um partido de orientação ultra-neoliberal, alinhado com o capital extractivista internacional, que perpetua desigualdades profundas e aliena as classes trabalhadoras e os mais pobres.

Moçambique merece mais do que a situação em que se encontra. Cabe a todos nós a responsabilidade de apoiar a construção de um futuro mais justo e digno para o seu povo. O Conselho Constitucional tinha o dever de anular estas eleições fraudulentas e devolver ao povo a confiança nas instituições democráticas. Ao não o fazer, contribuiu para o agravamento de uma crise que poderá ter consequências devastadoras para o país e para o seu povo. A história julgará severamente esta decisão.

**Jornalista. Investigador associado no Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies, University of the Western Cape e membro do Grupo Internacional de Pesquisa sobre Autoritarismo e Estratégias de Contraposição da RLS (IRGAC). Membro cofundador e Director Executivo da Alternativa - Acção Pela Emancipação Social. boa.monjane@gmail.com*

SACO AZUL

Por Luís Guevane



23/12: festejar o quê?

Os resultados de um pleito eleitoral, uma vez anunciados, devem ou deviam criar alegria ou mesmo euforia extrema e incontrolada, máxima satisfação, um verdadeiro sentimento de vitória merecida. Glória! Quando o eleitorado incendeia esquadras policiais, põe polícias a fugir em debandada, atea fogo em carros reduzindo a capacidade de mobilidade por meio de Mahindras, bloqueia vias barricando-as com pedregulhos, contentores, troncos e outros, ...quando o eleitorado se revolta diante do anúncio de resultados eleitorais, como aconteceu a 23 de Dezembro deste 2024, em Moçambique, é porque rejeita redondamente o vencedor anunciado. É como se estivéssemos numa situação em que temos um Presidente da República (PR) nomeado pelo partido que o suporta e, por isso, rejeitado pelo eleitorado, e um outro PR eleito e que goza de simpatia geral, mas que é formalmente colocado fora do xadrez governativo. Não o tomam como legítimo vencedor. Há assim a percepção de imposição e de injustiça. Imposição porque produzida pelos órgãos que

gerem o processo eleitoral uma vez que os encontros e várias outras irregularidades assistidas em directo mancharam a credibilidade da “festa”, produzindo, no final, uma consistente ideia de fraude arquitetada antecipadamente e por etapas pelo regime que se auto perpetua no poder. A percepção de injustiça está clara nos gritos de repúdio decorrentes do “Outubro eleitoral” do dia nove, onde desfilam, entre outras, palavras como “não te votamos!”. Temos que respeitar as necessidades e vontades do eleitorado.

Seria momento de euforia geral, sim, mas temos, em contrapartida, um país assustado e a arder de fúria. Tribunais incendiados. “Visitas” àqueles que são percebidos como *gang* dos opressores ou dos que sistematicamente enganam o povo. Barricadas. Mais e mais barricadas. Estradas, portagens e bombas de combustíveis descharacterizadas... Quem faz esse combate? A resposta é: todos aqueles que primam pela mudança, pela honestidade, aqueles que exigem que Moçambique seja de todos moçambicanos e não de alguns privilegiados cuja capacidade de discernimento foi corrompida pelo tempo, mas sobretudo pela máxima que diz que o poder absoluto corrompe absolutamente. O que é que se

faz quando o eleitorado protesta intensamente contra resultados anunciados pela Comissão Nacional de Eleições? Ignora-se e, na fase seguinte, o Conselho Constitucional legítima o espírito desses mesmos resultados? O hábito de subestimar a reacção popular manteve-se. Criou-se a convicção de que o eleitorado engoliria à força o sapo sem se manifestar. Nessa sequência, evoluímos, a olhos vistos, para uma “rebelião popular”. Não se sabe muito bem se esse sapo vai ser cuspidado à força ou não. De tanto amargar é bem possível que o sapo em causa seja regurgitado dada a forte contração muscular que se mostra persistente. Hotéis, escolas, mina, sedes de partido político e outros empreendimentos conotados com o regime estão a passar por uma provação nunca antes vista. Estarão a dar corpo a essa contração muscular? Os sinais de rebelião popular foram apresentados na alegoria das campas dos membros do “sistema” escolhidos a dedo pelo povo. Houve até uma campa reservada para quem anunciaria o resultado final. Lido o Acórdão, pouco sabemos se a alegoria proposta terá evoluído para o estágio final, a avaliar pela percepção do golpe que accionou o “Turbo V8”. Ao que parece, esses e outros “sinais” foram compulsiva-

mente ignorados dado o vício da arrogância. Não se dedicou tempo algum para a interpretação da mensagem deixada pelas campas alegóricas. Sim, esta semana seria de festa nacional. No entanto, é tão amargo o sapo colocado na boca do eleitorado que, no lugar de festejar, este clama por justiça, seriedade e responsabilidade. Esse hábito de que quem ganhou perde e quem perdeu ganha não deve ser institucionalizado e, muito menos, normalizado. É possível agirmos em harmonia com a verdade eleitoral aumentando a bitola da consonância no aprimoramento da democracia. O povo está irreconhecível, dizem uns. É preciso dialogar, diriam outros. Enquanto isso, o sapo continua a agitar os músculos de um eleitorado que parece estar a ser ceifado por balas verdadeiras por não ter votado nos “rejeitados” que legalmente venceram. Como festejar, se as ruas nervosas repudiam essa mesma vitória? Continuamos em dívida para com a verdade eleitoral. Hoje, como dizia um amigo, vamos ter que fazer o exercício de desejar, entre nós, na maior ironia possível, “Festas Felizes”.

MRV

Mozambique Rovuma Venture

MOZAMBIQUE ROVUMA VENTURE S.p.A ANÚNCIO PÚBLICO PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

PARA FORNECIMENTO DE UNIDADE DE PERFURAÇÃO FLUTUANTE PARA ÁGUAS ULTRA PROFUNDAS E SERVIÇOS ASSOCIADOS PARA A PARTE UPSTREAM DO PROJECTO ROVUMA LNG FASE 1, OFFSHORE ÁREA 4, NA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

- 1. A Mozambique Rovuma Venture S.p.A ("MRV" ou "EMPRESA")**, Operadora do Bloco da Área 4 na Bacia do Rovuma na República de Moçambique, convida as empresas interessadas (doravante designadas por "Candidata" ou "Candidatas") devidamente qualificadas a apresentarem a sua manifestação de interesse ("Resposta") para fornecer uma **unidade de perfuração flutuante para águas ultra profundas e serviços associados** para o Projecto Rovuma LNG Fase 1, localizado na Área 4 offshore em Moçambique.
-
- 3. ÂMBITO DO TRABALHO**
- O âmbito do trabalho inclui fornecimento de uma **unidade de perfuração flutuante para águas ultra profundas e serviços associados**.
-
- 6. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**
- Todas as Candidatas devem se registrar no Portal de Gestão de Fornecedores (<https://prod-moz.daismp.com/>).
-
- Observação: O registro deve referir-se ao código da mercadoria: SS05BA01 - Sondas Offshore - Flutuantes. No portal, na aba "Produtos & Serviços", selecione "Sondas" > "Sondas Offshore - Flutuantes".
-
- Adicionalmente, solicita-se as Candidatas que submetam os documentos indicados nos itens enumerados de 1 a 6 abaixo. Os documentos devem ser enviados por meio do Portal de Gestão de Fornecedores (<https://prod-moz.daismp.com/>) até a data limite indicada no último parágrafo do presente Anúncio Público de Manifestação de Interesse.
-
- Carta de apresentação, incluindo a declaração de interesse na execução do trabalho, detalhes da Candidata, informações de contacto, assim como os seguintes anexos de suporte:
-
- Organograma e visão geral da Candidata destacando o seu tamanho (volume de negócios, número de funcionários, etc.).
- Declaração sobre o plano ou potencial para o uso de uma Joint Venture, consórcio ou estrutura societária semelhante, e informações

sobre cada Candidata participante, se aplicável.

- Declaração sobre conteúdo local e uso de fornecedores locais.
- Evidência de ser um fornecedor de **unidade de perfuração flutuante para águas ultra profundas e serviços associados** com experiência comprovada offshore, seja directamente ou através da participação em joint venture ou consórcio.
- Evidência de que a Candidata tem sistemas de conformidade com o Foreign Corrupt Practices Act e UK Bribery Act.
- Submeter o Questionário de Qualificação preenchido. Nota: O Questionário de Qualificação pode ser encontrado no Portal de Gestão de Fornecedores pelo seguinte link (<https://prod-moz.daismp.com/>) bem como a partir do código da mercadoria referido. O Questionário de Qualificação também fornece uma lista mais detalhada de critérios adicionais para estabelecer as qualificações das Candidatas.

O objectivo das informações e documentos solicitados é identificar Candidatas com capacidade e experiência comprovada. Com base nas respostas ao Questionário de Qualificação, a MRV avaliará a documentação solicitada apresentada pelas Candidatas através do processo de qualificação para o escopo de trabalho. Posteriormente, as Candidatas deverão assinar um compromisso de confidencialidade.

Apenas as Candidatas que forneçam os documentos que atestam a sua capacidade e experiência comprovada com relação ao fornecimento de **unidade de perfuração flutuante para águas ultraprofundas e serviços associados** serão consideradas em uma possível próxima etapa para adjudicação do contrato, cujo contrato está sujeito ao regresso das actividades localizadas na Área 4 offshore em Moçambique.

Todos os dados e informações fornecidos no âmbito deste processo não serão considerados como um compromisso por parte da MRV de celebrar qualquer acordo ou contrato com a Candidata, nem permitirá a Candidata de reivindicar qualquer indenização da MRV.

As Candidatas devem enviar uma versão electrónica de todas as respostas no formato original do documento - "ficheiro nativo" (por exemplo, no formato Microsoft Word, PowerPoint, Excel ou Adobe PDF), incluindo todos os documentos de suporte e anexos. As Candidatas **não devem enviar nenhuma cópia impressa de qualquer documentação** solicitada como parte deste processo de Manifestação de Interesse.

As Candidatas **NÃO** devem submeter ou divulgar à MRV qualquer informação ou material confidencial ou proprietário.

As Candidatas entendem que a MRV não aceita qualquer obrigação de confidencialidade em relação aos itens adquiridos ou quaisquer informações divulgadas pela Candidata em resposta aos processos de Manifestação de Interesse. As Candidatas interessadas concordam que não irão colocar qualquer aviso restrictivo nos documentos partilhados. No entanto, se a Candidata inserir tais avisos, a MRV está autorizada a anular, remover ou desconsiderar tais cláusulas restrictivas e a MRV estará livre de usar ou divulgar qualquer ou todas as informações contidas nelas para afiliados e terceiros sem consultar a Candidata.

Quaisquer custos incorridos pelas Candidatas ou por qualquer um dos seus subcontratados que respondem ao processo de Manifestação de Interesse serão de exclusiva responsabilidade das Candidatas e serão integralmente suportados pela Candidata, sem o direito de solicitar qualquer reembolso da MRV.

O prazo para a apresentação da Manifestação de Interesse, incluindo resposta ao Questionário de Qualificação preenchido, está definido para ou antes do dia **24 de Janeiro**

MOZAMBIQUE ROVUMA VENTURE S.p.A PUBLIC ANNOUNCEMENT FOR EXPRESSIONS OF INTEREST

PROVISION OF MOBILE OFFSHORE DRILLING UNIT AND ASSOCIATED SERVICES FOR THE UPSTREAM PORTION OF ROVUMA LNG PHASE 1 PROJECT, OFFSHORE AREA 4, IN THE REPUBLIC OF MOZAMBIQUE

- 1. Mozambique Rovuma Venture S.p.A ("MRV" or "COMPANY")**, Operator of the Area 4 Block in the Rovuma Basin in the Republic of Mozambique invites interested companies (hereinafter referred to as "Candidate" or "Candidates") that are duly qualified to submit their expression of interest ("Response") to provide a **mobile offshore drilling unit and associated services** for the Mozambique Rovuma LNG Phase 1 Project located offshore Mozambique.
-
- 3. SCOPE OF WORK**
- The scope of work includes provision of **mobile offshore drilling unit and associated services**.
-
- 6. REQUIRED DOCUMENTS**
- All Candidates are requested to register in the Supplier Management Portal (<https://prod-moz.daismp.com/>).
-
- Note: The registration must refer to commodity code: SS05BA01 - Offshore Rigs - Floaters. Within the portal, under "Goods & Services", search for "Rigs" > "Offshore Rigs - Floaters".
-
- Additionally, Candidates are requested to submit their documents listed below in Items 1 - 6. Submissions should be uploaded via the Supplier Management Portal (<https://prod-moz.daismp.com/>) by the deadline for submission listed below in the last paragraph of this Expression of Interest.
-
- Cover letter including statement of interest in performing the work, company details and contact information and the following supporting attachments:
- Candidate's Organization chart and overview highlighting the company size (turnover, number of personnel, etc.).
- Statement on planned or potential Joint Venture, Consortium or similar corporate structure and Candidate details of each participant, if applicable.
- Statement on local content and use of local suppliers.
- Evidence of being an established offshore drilling contractor, either by itself or through participation in a joint venture or consortium.
- Evidence the Candidate has Foreign Corrupt Practices Act and UK Bribery Act compliance systems.

- Submit a completed Qualification Questionnaire. Note: The Qualification Questionnaire can be downloaded from the Supplier Management Portal (<https://prod-moz.daismp.com/>) under the aforementioned commodity code. The Qualification Questionnaire also provides a more detailed list of additional criteria to establish Candidate qualifications.

The purpose of the information and documents is to identify Candidates with proven capability, and relevant experience. Based on the responses to the Qualification Questionnaire, MRV will evaluate the requested documentation submitted by Candidates through the Qualification Process for the scope of work. Candidates will be subsequently required to sign a Confidentiality Undertaking.

Only those Candidates providing a suitable track record and qualification status will be considered for the potential next stage for the award of a contract, which is subject to the return of activities offshore Mozambique.

This inquiry shall not be considered as an invitation to bid and does not represent or constitute any promise, offer obligation, or commitment of any kind on the part of MRV to enter into any agreement or arrangement with Candidates nor shall it entitle Candidate to claim any indemnity from MRV.

Candidates should upload an electronic version of all Responses as a "native file" (e.g., in Microsoft Word, PowerPoint, Excel, or Adobe PDF format), including all supporting documents and attachments. Candidates **should not submit any hard copies of any documentation** requested as part of this Expression of Interest process.

Candidates should NOT submit or otherwise disclose to MRV any confidential or proprietary information or material.

Candidates understand that MRV does not accept any obligation of confidentiality with respect to items acquired or any information disclosed by the Candidate in response to this Expression of Interest. Candidate agrees that it will not place any restrictive notices on any document. However, if Candidate places a notice, MRV is hereby authorized to nullify, obliterate, remove, or disregard any such restrictive clauses and MRV shall be free to use or disclose any or all the information contained thereon to affiliates and third parties without consulting with the Candidate.

Any costs incurred by Candidates or any of its subcontractors replying to this Expression of Interest shall be solely the Candidates responsibility and shall be fully born by the Candidate and shall have no recourse to MRV.

The deadline for submission of Responses to Items 1 - 6 of the Expression of Interest form, including a completed Qualification Questionnaire is set for on or before **January 24, 2025, by 5PM** (Maputo Time).



ExxonMobil





feliz
**ANO
NOVO**

Desejamos paz, alegria e
sucessos em 2025.

 1747

 helpdesk@clubnet.mz



Eu

Debate da Nação (STV)

Na continuação do programa Debate da Nação na STV, faltou-me acrescentar que a Política não deverá interferir no Desporto!!!

Senão vejamos casos concretos: O falecido Luís Brito, que organizou o famoso Torneio Juvenil Sobec, tendo como assistente o também falecido Cândido Coelho, entre outros. Foi um Torneio que, no seu primeiro dia, tinha 3200 jogadores juvenis de futebol.

Foi uma maravilha, ver-se os putos espalhados por este Maputo fora e nos arredores!!!

Todos os meninos tinham direito no fim do jogo a um lanche: Um sumo e uma sandes com *jam*.

As equipas organizadas nos bairros iam-se batendo nas eliminatórias. Até que duas eram apuradas para a final e aí encontrava-se o grande vencedor.

Até aqui estava tudo bem! Entretanto, convidaram o falecido Marcelino Dos Santos e ele, do alto de sua sapiência (?) Política, sugeriu que o referido Torneio Juvenil se passasse a chamar: Bebec. Aí foi o Fim do Mesmo!

Porque Sobec era o nome da empresa, que patrocinava o Torneio **Sobec**.

A partir daí foram aparecendo diferentes patrocinadores e o Torneio acabou de vez!...

Outro caso da Política meter-se aonde não é chamada, foi no Estádio do Ferroviário, na Machava, que passou a chamar-se: Estádio da Independência. Numa autêntica aberração Política. Isto porque, deveria chamar-se: Estádio do Ferroviário, por ter sido construído com a contribuição obrigatória... dos funcionários da Empresa **CFM**; que muito foi honrado, com a cerimónia da declaração da Independência Nacional, no dia 25 de Junho de 1975!

Só para terminar:

Os políticos na época, não autorizavam os atletas a emigrarem, por ordens superiores.

Nesta altura já havia ordens superiores: Os atletas não podiam jogar fora do País...

Não era, kota José Júlio de Andrade!

MÃE & PAI



Mãe sempre nos dizia: "Sorria para seu pai quando ele chegar em casa, porque o mundo lá fora é difícil e exaustivo para os pais". Qual é a diferença entre uma mãe e um pai? • Uma mãe carrega você no ventre durante nove meses. • Um pai carrega você por toda a vida, mesmo que você não perceba. • Mamãe garante que você nunca fique sem comida. • Um pai ensina você a nunca sentir fome, mesmo que você não entenda isso imediatamente. • Uma mãe cuida de você segurando você contra o peito. • Um pai te apoia carregando você nas costas, mesmo que você não o veja. Você conhece o amor de uma mãe desde que nasceu. Você entende o amor de um pai quando você mesmo se torna pai. Então, seja paciente. Uma mãe é insubstituível. Pai, o tempo nunca poderá substituí-lo.

LEIA S F FAVOR: Precisa-se, quanto antes, amor pelo país Moçambique!

É o teu Cartão. Que te habilita a prémios.

Quanto mais usares o teu cartão de débito e/ou de crédito em pagamentos iguais ou superiores a 500,00 MT nos POS daki, mais chances tens de ganhar nos sorteios bimestrais do BCI.



1º Prémio

Computador Portátil

2º Prémio

Televisor 65 Polegadas

3º Prémio

Barra de Som

Preçário Cartões de Crédito:

Comissão de emissão: 240 MT

Anuidade: Platinum: 6.000 MT | Gold: 1.600 MT

Classic: 800 MT | Tako: 300 MT

Taxa de juro mensal: Platinum: 2.74% | Gold: 3.24%

Classic: 3.35% | Tako: 4.16%

Preçário Cartões de Débito:

Comissão de emissão: GRÁTIS

Anuidade: Private: 850 MT | Exclusivo: 600 MT | BIO: 550 MT

Comissão de Levantamento SIMORede: 9.50 MT

Comissão de Levantamento Internacional: 250 MT

Pagamento de Serviços: GRÁTIS

Consulta de Saldos/Movimentos: GRÁTIS

Transferências: Contas BCI: 25 MT |

Contas SIMORede: 120 MT | Mobile: 25 MT

Campanha válida de 1 de Outubro de 2024 a 31 de Março de 2025.
Sorteio válido para os cartões indicados acima. Aplicam-se comissões conforme o preçário em vigor. Para mais informações sobre as condições de adesão, consulte o seu gestor, a linha fala daki através do número grátis 800 224 224 ou www.bci.co.mz

BCI
É daqui

REDACTOR.

O JORNAL PREPARADO PARA O LEITOR MAIS EXIGENTE.

RESERVE A SUA SUBSCRIÇÃO ATRAVÉS DO

✉ correiodamanha@tvcabo.co.mz

✉ c/c de redactormz@redação.com



INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O ANO LECTIVO 2025

LICENCIATURAS

FACULDADE DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS

- Licenciatura em Engenharia Ambiental e Gestão de Desastres
- Licenciatura em Engenharia e Gestão Industrial
- Licenciatura em Engenharia e Gestão de Tecnologias de Informação e Comunicação
- Licenciatura em Engenharia e Gestão de Energias Renováveis e Recursos Petrolíferos
- Licenciatura em Engenharia e Gestão da Construção Civil

Novos Cursos

- Licenciatura em Engenharia e Gestão de Cibersegurança
- Licenciatura em Engenharia e Gestão de Transportes e Logística
- Licenciatura em Engenharia e Gestão Mecatrónica

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E SOCIAIS

- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas
- Licenciatura em Gestão Financeira
- Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos
- Licenciatura em Contabilidade e Auditoria

Novo Curso

- Licenciatura em Gestão de Marketing e Relações Públicas

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

- Licenciatura em Ciências Jurídico - Forenses
- Licenciatura em Ciências Jurídico - Económico - Empresariais
- Licenciatura em Ciências Jurídico - Político - Constitucionais

MESTRADOS

- Mestrado em Direito do Trabalho
- Mestrado em Finanças e Comércio Internacional
- Mestrado em Docência e Gestão do Ensino Superior
- Mestrado em Direitos Humanos Desenvolvimento Económico e Boa Governação
- Mestrado em Engenharia e Gestão de Energias Renováveis
- Mestrado em Gestão de Recursos Humanos e Liderança
- Mestrado em Administração e Gestão de Empresas

Novo Curso

Mestrado em Engenharia Ambiental e Gestão de Risco e Desastres

DOCTORAMENTOS

- Doutoramento em Paz, Democracia, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Humano

Novo Curso

- Doutoramento em Riscos Complexos

Para mais informações, os Interessados Podem se Dirigir ao Registo Académico da UDM



Av. Albert Luthuli, 408/438 • Tel.: 21302 102/16
 Fax. 21 302 107 • Cel: 82 305 5176 / 82 305 5167 / 82 305 5178
 Email: informacao@udm.ac.mz • www.udm.ac.mz
 Maputo - Moçambique

TURNOS:
 Diurno e
 Nocturno



ELECTRICIDADE
DE MOÇAMBIQUE E.P.

CONTACTOS TELEFÓNICOS PARA SERVIÇOS DE PIQUETE

CIDADE DE MAPUTO

Ka Mpfumo	85 010 2956
Ka Maxaquene	85 010 2534
Ka Mubukuwane	85 010 2940
Ka Mavota	85 010 2554
Ka Guava	85 010 3383

REGIÃO SUL

Boane	84 155 7315
Matola	85 010 2544
Machava	85 010 2632
Infulene	85 010 2609
Manhiça	84 604 1208 / 87 604 1208
Palmeira	86 869 0731 / 87 615 5421 / 84 981 2483
Chókwè	85 010 2991
Xai-Xai	85 010 2603
Inhambane	82 314 2190 / 85 010 2913
Vilankulo	85 010 3323
Maxixe	85 300 0053

CENTRAL DE ATENDIMENTO 1455

REGIÃO CENTRO

Chimoio	85 010 2738 / 87 509 2840
Beira	85 010 2494
Caia	85 010 2495 / 87 510 2495
Quelimane	86 306 5557 / 84 511 0075
Mocuba	86 596 0004
Tete	85 010 2823 / 87 041 0433

REGIÃO NORTE

Nampula	85 010 3272
Nacala	85 010 3426
Angoche	85 010 3364 / 87 111 1198
Pemba	85 010 2501 / 86 847 7751
Lichinga	87 389 0748 / 84 389 0748
Cuamba	85 010 3250





Dezembra com a GOtv nesta época festiva

Com canais em sinal aberto a partir do

GOtv Plus de 13 de Dezembro a 6 de Janeiro



Mais desporto por nossa conta

De 13 à 16 de Dezembro
SS Maximo 2 e SS Action temporariamente disponível a partir do GOtv Plus



Mais diversão por nossa conta

De 13 à 6 de Janeiro
Disney Channel, Cartoon Network e Cartoonito temporariamente disponíveis a partir do GOtv Plus



Mais filmes por nossa conta

De 13 à 6 de Janeiro
STAR Movies, CineMundo e AXN Movies temporariamente disponíveis a partir do GOtv Plus

Recarrega, mantém-te ligado e torna esta época festiva inesquecível com a GOtv



TXEKA-LÁ



93788



USSD *788#



Até GOtv
Plus e Maximo 2 em
Savana e Mocimboa

GOtv
stream



NO INFORMAL

Pedro Madruga (Texto)

Era uma vez uma sexta feira de cinzas

- Háaahhhhhh, assim não vale Zefahhh!
- Como vou continuar a história se vocês estão a fazer barrulho?
- Ok. Okay. Já calámos. Podes continuar essa história.
- Oraite... Então, como vinha dizendo a tal senhora do penteado levantou-se e leu em voz alta para todos ouvirmos, alto e bom som... O país inteiro calou-se para escutar-lhe em silêncio profundo.
- ... Mas e depois, Zefa. O que a dita cuja contou?
- Hihhhhhhhh. Ina. É o que está escrito em muitas viaturas...«Maningue cenas» para vos contar nesta sexta-feira de cinzas...
- Assim não vale, Zefa. É batota...
- Acho que a ideia é mesmo essa...

*

- Na verdade, de verdade o país não está bom, Divina.
- Conseguieste levantar algum dinheiro na ATM?
- Nada, minha mimosa. Em todos os bancos é liga mais tarde...
- Liga mais tarde nas ATM's?
- Isso mesmo. O dinheiro foi com os manifestantes. Agora é só esperarmos Chapo tomar posse...
- Mas vamos ficar até ao dia 15 de Janeiro, desde, desde...Vinte dias de espera. Só podemos fechar o lounge e parar os grupos de xitique...
- Não estou a ver outra maneira. Os agentes de contas móveis também já não têm saldo...
- Desta vez o povo exagerou muito, primosa.
- Afinal não é turbo V8 este que está a passar?
- Isto já é demais, filha. Batemos no fundo. É fome que vai visitar as famílias, Pior é que o janeiro de 45 dias está na esquina...
- Melhor pedirmos ao bispo Matsinhe rezar pelas nossas almas pecadoras...
- Peça você, filhota. Eu estou fora. Já me basta esta vez na sexta-feira de cinzas. Vou tirar uns dias de férias. Até amem-se uns aos outros como eu vos amo. Tchau!
- Ba, mabeijo na orelha. Até 2025!





IMAGEM DA SEMANA



Pronunciamentos de Carige terão accionado Turbo V8

Beira entra nas manifestações

Por Rodrigues Luís, na Beira

Em apenas um dia, as manifestações provocaram dezoito mortos e 81 feridos, entre graves e ligeiros, 58 detidos, assalto a um posto policial, incêndio de dezenas de veículos, muitos dos quais de longo curso, na cidade da Beira, capital provincial de Sofala.

A acção dos manifestantes baralhou as autoridades que haviam montado o seu pessoal em pontos tidos como estratégicos e tradicionais focos de revoltas populares, tais como Munhava, Chipangara e Vaz. Contudo, não foram nos pontos tradicionais que foi accionado o rastilho. Grupos de jovens, que incluíam menores de idade, saíram de bairros menos propensos à violência, como Maquinino, Matacuane, Macurungo, Manga, Mobeira. Os mesmos actuavam recorrendo a métodos típicos de guerrilha. Na mesma hora, um grupo saqueava produtos alimentares em armazéns nos bairros do Vaz e Mobeira. Por outro, outros incendiavam camiões de transportes de inertes e outros de longo curso ao longo da EN6. De acordo com fontes policiais, cada vez se multiplicavam acções de vandalizações, e as vias eram obstruídas através de pneus e outros obstáculos. Alguns elementos da polícia, que falaram para o nosso jornal na condição de não serem identificados, referiram

que o assalto ao Posto Policial da Chota, naquela urbe, contou com a mão de menores de idade e adolescentes. “Malfeitores colocaram menores de idade em frente para assaltar o Posto policial. Vimos que seríamos censurados pelos nossos superiores se abrissemos fogo contra aquele grupo social. Antes disparou-se para o ar, mas pareciam estar a brincar”, disse um dos elementos, que referiu ter-se resguardado, porque em seguida aparecia numerosos grupos com pedras e paus e outros com catanas.

HCB regista movimentos desusado

A propósito das mortes na fase de tratamento e feridos graves e ligeiros no leito hospitalar, a directora clínica do Hospital Central da Beira (HCB), Ana Tambo, explicou a jornalistas que os serviços de urgência e reanimação daquela unidade hospitalar registou um movimento invulgar no dia 23 de Dezembro. Deram entrada mais de 90 pessoas com ferimentos diversos devido a manifestações violentas. Deste número de doentes, oito perderam a vida quando se encontravam a receber tratamentos, tendo ficado ainda no leito hospitalar um total de 81, entre graves e ligeiros. Médicos e enfermeiros estagiários do HCB, falaram a nossa Reportagem que quase todos os feridos por ba-

leamento, que vieram a perder a vida naquele unidade hospitalar tiveram aquele destino por falta de socorro, tudo porque as estradas possuíam barricadas e as viaturas eram alvo de arremesso de pedras e bombas molotov. “Penso que os manifestantes não esperavam ter confrontações com a polícia, porque se eles soubessem, não teriam incendiado tudo que eles vissem a movimentar. Até autocarros do município, eles atacaram. Muitos chegaram ao hospital com pouca esperança porque perderam muito sangue e sem meios para os trazer”, disse, um dos aspirantes a médico, tendo apontado que certos feridos eram socorridos pela própria polícia.

Os beirenses resistiram este tempo todo em não participar em manifestações. Fala-se por toda a cidade que os pronunciamentos do edil, Albano Carige, sobre a possibilidade da Beira participar nas demonstrações, poderão ter accionado os manifestantes.

A propósito da relação causa-efeito entre as manifestações e as palavras de Carige, o sociólogo Elias Pedro lembrou que a comunicação das lideranças são importantes nos posicionamentos das massas.

“A cidade da Beira era vista como estivesse fora das manifestações violentas. Tudo estava calmo porque faltava o comando. É que o beirense

À HORA DO FECHO

Diz-se... Diz-se



- Se tivesse de haver algum elemento para demonstrar que batemos fundo não haverá outro que não seja a fuga de mais de 1 500 reclusos daquela que deve ser considerada a cadeia mais segura do país. Se um Estado não pode guardar em segurança os seus mais perigosos criminosos, precisa de se reexaminar.
- É difícil perceber como VM7 não tinha a dimensão do seu clamor à rebelião. Num ambiente onde existe uma confluência de interesses, era óbvio que não seriam só os que estão focalizados na tomada do poder pela via da verdade eleitoral os que estariam na rua.
- Pela dimensão que as coisas atingiram com a ignição dada pela comadre, que também ilumina, o problema deixou de ser apenas para a gente da Pérola. Muitas chancelarias já estão a exigir garantias de segurança para os seus cidadãos. Até aonde a irresponsabilidade dos apparatchiks do regime pode chegar. Para eles, o enchimento era apenas uma questão desportiva. Não era, não.
- O mais Velho JC, falando na sede do partidão prestes a ser “ilegalizado”, por ocasião da cerimónia de celebração dos resultados eleitorais, e referindo-se aos mais de 65%, usou as palavras “que nem era necessário”, como quem diz, não era preciso exagerar assim tanto na dosagem. Há um ditado que diz que a idade é um posto, pelo que os mais velhos já não precisam de recorrer a metáforas.
- Ao acompanhar o acórdão do CC do princípio ao fim, alguém que desceria de Marte fez a seguinte observação: “É interessante que todos os partidos têm uma e outra reclamação. Menos um, que não se sente incomodado com nada”. Quem se alimenta de maçaroca e dança ao som do batuque não chora.
- E a pergunta recorrente nestes dias de raiva e angústia por todo o país. Onde anda o governo e os seus apoiantes que nos números revistos continuam a mostrar “retumbantes vitórias? Será que voltaram à clandestinidade ou foram reagrupar em Nachingweia? Ou serão apenas as minorias sociológicas, que estão na rua a matar a fome da pobreza galopante?
- Pela seita dos empresários, que mais parece um conclave do partidão, lambem-se as feridas e mazelas dos que sempre colocaram à frente do negócio a vassalagem às massarocas ou, por outras palavras: há de facto uma confederação de empresários ou uma gang de lobistas tentando apanhar algumas migalhas que sobram às elites lambuzadas de tudo o que são cifrões? E como não há reflexão séria, o mau da fita é sempre o VM7.
- Com as pilhagens em alta, os cidadãos estão mesmo num basta. Não aquele frouxe de malta Ronda/Rafael. O pessoal dos bairros, em vez de tiktakar inconsequentemente, está a organizar-se para defender casas, famílias e outros bens nos seus bairros. Pode ser prenúncio de guerra civil. Ou a volta aos velhos tempos dos grupos de vigilância. Os pequenos comerciantes oriundos de várias geografias, Nigéria, Ruanda, Mali, Paquistão, China, também não querem ficar atrás. Também estão na rua para dar resposta à violência. Enquanto a polícia não chega...
- Mesmo com apenas 24 lugares “redistribuídos à oposição”, mais uma vez, a CNE e o STAE/SISE ficam pessimamente na fotografia, uma vez que são centenas de milhares de votos que foram martelados pelos comissários do partidão e os pseudo observadores da juventude frel. Não se percebe de que está à espera o ministério público para pôr atrás das grades a bem identificada gang da fraude, agora que há bastantes lugares vagos nas duas maiores cadeias da capital.
- Numa encenação muito mal feita, com o apoio de alguma *media* distraída, os do LÍngamo, tal como os de “yo Mabalane”, preparavam-se para festas aconchegantes no seio das suas famílias. Mesmo à custa de uns martelanos primários da lei. Quem ficou também chamuscada foi a jovem ministra que continua com problemas de gestão de imagem em momentos cruciais. Não vale tudo para sacar foto no LÍngamo. Vai uma assessoria a preços módicos ou o “budget” já acabou?

Em voz baixa

- Será que o candidato proclamado pelo CC também quer tomar posse com o país em cinzas que o VM7 não quer? Já que o engenheiro não parece ter a engenharia para olear a engrenagem do diálogo, que tal os dois maiores protagonistas das eleições de Outubro arregaçarem as mangas e porem fim à violência e pilhagens pelas ruas?

sempre aguarda pelo comando de uma pessoa a quem respeitam. Já houve passeatas em que o presidente do município é a pessoa quem orientava. Eram manifestações pacíficas e eles respeitavam, mas neste momento, parece que o seu discurso, em função

com as ameaças que recebia, não era apaziguador, daí que a sociedade faça a ligação entre o que ele disse e com as manifestações”, explicou o académico, enfatizando a necessidade de os líderes acautelarem seus discursos sob pena de causarem caos.

DStv Moçambique

Qual é o programa?
Cenas em família

Nesta quadra festiva, o melhor programa é em família. Mantém-te ligado e assiste a uma variedade de conteúdos. DStv, a tua casa de entretenimento.

Termos e Condições aplicáveis